



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 117

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 25 DE OUTUBRO DE 2005

ANO XXX

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PP ..... Cida Borghetti  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMR ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMR** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 117****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Ofícios.....	03
Indicações .....	04
Requerimentos .....	05
Projetos de Lei .....	08
Projeto de Lei Complementar .....	10
Projeto de Resolução .....	10
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Tadeu Veneri.....	11
Dep. José Domingos Scarpellini....	12
Dep. Plauto Miró Guimarães .....	14
Dep. Elio Rusch .....	15
Dep. José Maria Ferreira.....	16
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PT:	
Dep. Tadeu Veneri .....	11
Liderança do PSB:	
Dep. José Domingos Scarpellini	13
Liderança do PMDB:	
Dep. José Maria Ferreira .....	16
Srta. Karen Priscila Rocco	
Repres. da Câmara Mirim de	
Ibiporã .....	16
Liderança do PDT:	
Dep. Barbosa Neto .....	18
Liderança do PsDB:	
Dep. Valdir Rossoni .....	19
Liderança da Oposição:	
Dep. Valdir Rossoni .....	21
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	22
Discussão / Votação:	
1ª Discussão (Votação em) .....	23
Redação Final.....	25
3ª Discussão .....	27
2ª Discussão .....	28

1ª Discussão .....	28
Discussão Única (Proposições)...	29
Discussão Única (Indicações)....	32
Requerimentos .....	32

**Encerramento da Sessão Ordinária .....32**

**111ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
25 DE OUTUBRO DE 2005**

(terça-feira)

**Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelos Srs. Deputados Barbosa Neto e Geraldo Cartário.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (50). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Alexandre Curi, Nelson Justus, Rafael Greca e Ratinho Júnior (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Ofícios***

Sob os nºs CTL/CC/180, 181, 182, 183, 184, 189, 190 e 191/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver sancionado os Projetos de Leis nºs:

178/2005: De autoria do Deputado Ademir Bier, que autoriza o Poder Executivo a instituir o município de Céu Azul como Pólo Turístico Religioso - Gruta Nossa Senhora de Lourdes, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.853. **Anote-se - Arquivo-se.**

409/2005: De autoria da Deputada Cida Borghetti, que institui o dia 27 de novembro como o Dia de Luta contra o Câncer de Mama, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.854. **Anote-se - Arquivo-se.**

228/2005: De autoria do Deputado Delegado Braddock, que dispõe sobre padrões técnicos de qualidade nutricional, a serem seguidos pelas lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.855. **Anote-se - Arquivo-se.**

418/2004: De autoria do Deputado Ademar Traiano, que dispõe que as agências bancárias do Estado do Paraná devem ter sanitários em suas instalações, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.856. **Anote-se - Arquivo-se.**

310/2005: De autoria da Deputada Arlete Caramês, que obriga a afixação de cartazes nas salas de aula das escolas da Rede Pública de Ensino, com os números dos telefones de utilidade pública, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.857. **Anote-se - Arquivo-se.**

349/2004: De autoria do Deputado Barbosa Neto, que dispõe sobre documentos hábeis para comprovação de residência ou domicílio, para fins junto ao Detran, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.858. **Anote-se - Arquivo-se.**

392/2005: De autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera as partes que especifica, dos artigos 55 e 56, da Lei nº 11.580, de 14/11/96, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.859. **Anote-se - Arquivo-se.**

449/2005: De autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do

imóvel que especifica ao município de Realeza, o qual convertido em Lei tomou o nº 14.860. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº CTL/CC 176/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 230/2005, de autoria do Deputado Carlos Simões, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 177/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 320/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 178/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 468/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, por julgá-lo contrário ao interesse público. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 179/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 200/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, por inconstitucionalidade. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 185/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 266/2005, de autoria do Deputado Francisco Bühner, por julgá-lo, tal como está posto e redigido contrário ao interesse público e, conforme manifestação da SEED, sem as necessárias condições de exigüidade. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 186/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 314/2005, de autoria do Deputado Delegado Braddock, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 187/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 185/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos expostos. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº CTL/CC 188/2005, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver vetado integralmente o Projeto de Lei nº 221/2005, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli, por julgá-lo inconstitucional porque fere os artigos 133 e seguintes da referida Constituição, que reservou ao Chefe do Poder Executivo a competência para início do processo legislativo de tal matéria. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o nº 454/05/SAF-ANA, do Sr. Aluísio Guimarães Ferreira, Superintendente de Administração e Finanças, Substituto, da Agência Nacional de Águas-Ana, comunicando que foi celebrado, em 30 de setembro de

2005, o segundo termo aditivo ao Convênio nº 010/2002, entre a Agência Nacional de Águas - Ana - como Concedente, a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa, como Conveniente, e o Estado do Paraná por intermédio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema, como Intervenientes, que visa a execução de atividades hidrológicas das bacias 6 e 8, nos Estados do Paraná e Santa Catarina, tendo como objeto prorrogar o prazo de vigência para até 31 de dezembro de 2005. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 174/05/UOF/SESAN/MDS, do Sr. Onaur Ruano, Secretário do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando cópia do termo de aditamento do Convênio nº 58/2003, firmado entre este Estado e o então Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome/Mesa, cujas atribuições foram transferidas ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS, para acompanhamento desta Casa. **Ao Conhecimento da Casa.**

## **Indicações**

### **INDICAÇÃO Nº 065/2005**

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Estadual Padre Paulo Campos, que esta subscreve, dirige-se a V. Exa. para sugerir e fundamentar o que se segue:

I - sugere-se que o Estado do Paraná conceda aos estudantes das redes pública e particular de ensino médio e superior, o desconto de 50% (cinquenta por cento) nas passagens do transporte coletivo intermunicipal.

II - que o direito ao desconto seja utilizado pelos estudantes durante o período letivo e enquanto estiverem regularmente matriculados e, para o trajeto de ida e volta às instituições de ensino;

III - que o desconto correspondente seja aplicado nos valores utilizados aos usuários comuns, independentes de promoções e descontos;

IV - sugere-se por fim, que o desconto seja de uso pessoal e intransferível do estudante e só terá validade mediante apresentação de declaração de matrícula emitido semestralmente pela Instituição de Ensino em que estiver vinculado.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

### **JUSTIFICATIVA:**

O preço das tarifas nos meios de transporte coletivo intermunicipal tornou-se um dos mais graves motivos de evasão escolar de milhares de estudantes, impedindo assim que o direito à educação seja amplo e plenamente exercido.

Aliados ao fato de que a maioria dos estudantes, principalmente do ensino médio, não possui renda própria e depende financeiramente de seus pais, os quais

geralmente têm outros filhos e por questões econômicas não conseguem manter todos na escola.

Os estudantes da rede particular de ensino médio e universitário enfrentam mensalmente o problema dos aumentos das mensalidades, que acrescido ao empobrecimento da classe média, fazem dos gastos com passagens um dos pesos consideráveis no orçamento familiar.

O meio repasse representa uma conquista e uma relevante redução nas despesas dessas pessoas e que também servirá de incentivo para as populações mais carentes terem acesso a cursos superiores.

### **INDICAÇÃO Nº 066/2005**

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A execução, pela Secretaria de Estado da Educação, de um programa de trabalho multidisciplinar com vistas a aumentar a auto-estima dos alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná.

2 - O programa deverá envolver treinamento dos professores para o desenvolvimento da auto-estima dos alunos, bem como palestras com os pais e trabalhos específicos junto aos próprios alunos, de modo a elevarem o conceito sobre si mesmos.

3 - A Secretaria de Estado da Educação disciplinará as condições operacionais para a efetivação do programa de que trata a presente indicação.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) JOCELITO CANTO

### **JUSTIFICATIVA:**

Em recente pesquisa realizada no Estado de São Paulo sobre a questão da violência por parte de crianças e adolescentes, verificou-se que os adolescentes infratores apresentavam como características fundamentais a baixa auto-estima. Os levantamentos realizados demonstravam que em praticamente todos os casos, as crianças e os adolescentes não eram levados pela família ou pela escola a apreciarem-se a si próprios, e, como resultado de diversas agressões morais contra eles praticadas, tornavam-se violentos passando a praticar delitos de toda sorte, na tentativa de sentirem-se importantes.

Relatos do mesmo gênero verificam-se em pesquisas com crianças e adolescentes que desde cedo passaram a consumir drogas. Um dos pontos presentes na maioria dos casos é também a ausência de auto-estima.

É fato que grande parte dos estudantes da rede pública de ensino provém de famílias carentes, onde os pais, algumas vezes desempregados ou subempregados, entendem que o sustento dos filhos é um grande encargo, passando a agredi-los e a desprezá-los. Outros alunos possuem pais ausentes, ocupados com as atividades do trabalho, não se preocupando em dar-lhes carinho, enaltecer suas qualidades e orientá-los. É necessário, assim, que no ambiente escolar os alunos encontrem razões para se auto-estimarem, mediante a colocação de objetivos a curto, médio e longo prazos, passíveis de serem executa-

dos, de forma que não se apresentem como uma barreira que os levem a desacreditar de suas próprias capacidades. Por outro lado, é necessário formar grupos de discussão que os estimulem a reconhecerem-se com qualidades capazes de lhes garantir um futuro promissor.

Nota-se que não se pretende criar uma disciplina, mas sim, um programa de trabalho que será interdisciplinar à semelhança do programa anti-drogas, que poderá ajudar em muito as crianças e adolescentes.

O programa envolverá o treinamento dos docentes para o reconhecimento das crianças e adolescentes que sofrem com problemas resultantes da baixa auto-estima, bem como para o tratamento especial que lhes deva ser dado para que se recuperem. O tratamento pode ser proveitoso inclusive para os professores da rede pública de ensino que podem ter idênticos problemas, sem a consciência de os estarem disseminando entre os alunos (são inúmeros os professores em tratamento contra a depressão, causada também pela baixa auto-estima). O envolvimento da família através de palestras, por sua vez, pode aproximar os pais da escola no interesse das crianças, e por fim, o entendimento dos alunos pode garantir a esses, um futuro melhor.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) nos seus artigos 4º, 7º, 16, 17 e 18, cabe ao Estado a garantia da saúde e do bem-estar físico e psicológico das crianças e dos adolescentes.

Assim sendo, acreditamos que a aprovação e conseqüente efetivação da presente Indicação, em muito ajudará na prevenção de problemas futuros relacionados com drogas e violência, e contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa.

#### COMISSÃO DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO PROPOSIÇÃO Nº 040/2005 - NEPOTISMO

Relação dos Deputados indicados para a Comissão de Reforma à Constituição:

PMDB, José Maria Ferreira; PDT, Renato Gaúcho; PT, Tadeu Veneri; PFL, Durval Amaral; PSDB, Luiz Fernandes da Silva Litro.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) COMISSÃO DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

#### CONSELHO DA MULHER CIDADÃ ZILDA ARNS

Indicações Partidárias para o Conselho da Mulher - Cidadã Zilda Arns:

PMDB, Elza Correia; PT, Luciana Rafagnin; PPS, Arlete Caramês; PSDB, Luiz Nishimori; PFL, Elio Rusch; PDT, Neivo Beraldin, Bloco PTB/PL/PMR, Chico Noroeste e Bloco PP/PSB, Cida Borghetti.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) CONSELHO DA MULHER  
CIDADÃ ZILDA ARNES

## Requerimentos

### REQUERIMENTO Nº 3321

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) ELIO RUSCH

### REQUERIMENTO Nº 3301

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a votação em bloco dos itens 13 e 15 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

### REQUERIMENTO Nº 3312

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada por cinco Sessões do item 14, discussão única da Proposição nº 083/2005, da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) CESAR SELEME

### REQUERIMENTO Nº 3295

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, o arquivamento do Projeto de Lei nº 243/2003, de autoria deste Deputado.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário, seja dada ciência aos órgãos competentes para as providências administrativas necessárias e cabíveis.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

### REQUERIMENTO Nº 3313

Senhor Presidente:

O Deputado subscrito, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a consignação na Ata da Sessão dos trabalhos de hoje, o apensamento dos Projetos de Lei nºs 093/2005 e 597/2005.

Com o apensamento do Projeto de Lei nº 597/2005, de autoria deste Deputado, que possui objeto afim com o Projeto de Lei nº 093/2005, evita a duplicidade de pareceres e tornando mais célere o procedimento administrativo.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário, seja dada ciência aos órgãos competentes para as providências administrativas necessárias e cabíveis.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 3304

Senhor Presidente:

O Líder do Partido dos Trabalhadores, Deputado Tadeu Veneri, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, seja concedido o horário do Grande Expediente, na segunda-feira, dia 21 de novembro próximo, para a Comunidade Invernada Paiol de Telhas, de Guarapuava, pelo reconhecimento como Comunidade Remanescente de Quilombos, outorgado pela Fundação Cultural Palmares.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

No último dia 28 de setembro, no auditório da Universidade Estadual do Centro Oeste - Unioeste, na cidade de Guarapuava, aconteceu o ato de entrega de certidão de auto-reconhecimento à Comunidade Quilombola Invernada Paiol de Telhas, pela Fundação Cultural Palmares, solenidade que contou com a presença de grande número de descendentes de escravos daquela região, que tiveram seu direito reconhecido, aos quais, a Bancada do PT quer render uma homenagem, nesta Casa.

#### REQUERIMENTO Nº 3310

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Arival Antônio Zardo, ocorrido dia 18 de outubro deste ano.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 75 anos de idade faleceu o Sr. Arival Antônio Zardo, ocorrido dia 18 de outubro de 2005, deixou viúva a Sra. Renate Marion Frey Zardo, deixou ainda, três filhos e três netas.

O mesmo exerceu o cargo de Prefeito no município de Clevelândia, no período de 1964 a 1969.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre os quais este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seu entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Arival Antônio Zardo, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário nesta hora difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Zardo, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 3308

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Munhoz de Mello, pelo transcurso, no próximo dia 03 de novembro, de seus 55 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Gilmar Benkendorf Silva, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. Geraldo Gomes, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Munhoz de Mello.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 03 de novembro marcará a passagem do 55º aniversário de emancipação política de Munhoz de Mello.

Portanto, nesta significativa data toda a população é digna do nosso respeito e admiração, certos de que o sucesso é fruto de muito trabalho e dedicação.

Sonhar é muito bom, mas, melhor que sonhar é realizar, e graças ao esforço concentrado do Sr. Prefeito Gilmar José Benkendorf Silva e toda a sua equipe de colaboradores, Munhoz de Mello vem se desenvolvendo consideravelmente permitindo assim aos munícipes, melhores e maiores condições de vida.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, congratula-se com toda a população de Munhoz de Mello, principalmente com aqueles que acreditam que é com trabalho, e muito trabalho, que se obtém segurança na construção de um Paraná melhor para todos os paranaenses.

#### REQUERIMENTO Nº 3309

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Piên, pela passagem, no próximo dia 01 de novembro de 2005, do seu 44º aniversário da emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Francisco Marques Neto, Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Sr. José Loir Derpveck, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população do Piên.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Jubilosamente toda população de Piên estará comemorando seus 44 anos de emancipação politicamente organizada.

Queremos, através desta proposição, prestar nossa sincera homenagem de gratidão e reconhecimento sempre com a certeza que a população continuará seu importante trabalho colaborando assim, para o desenvolvimento daquela região.

Também homenageamos, nesta ocasião, os administradores de todos os tempos que procuraram dar o melhor de seus esforços em prol do progresso de Piên.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, congratula-se com todos nesta significativa data de mais um aniversário do município de Piên.

#### REQUERIMENTO Nº 3318

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de voto de congratulações à Irmã Petronília, nome de batismo Elza Pezzamiglio, pelo jubileu de ouro, cinquenta anos de dedicação ao ensino e à vida religiosa.

Nascida em Erechim, Rio Grande do Sul, em 23.11.1928, emitiu votos em 1955, ingressando na Congregação das Irmãs Servas do Espírito Santo. Graduada em Ciências Sociais e Teologia da Renovação, esta última na Colômbia, ensinou em colégios de Ponta Grossa-PR, Três Passos-RS, Medianeira-PR, Poço das Antas-RS, Cândido de Abreu-PR, Vilhena-RO e Porto Alegre-RS.

Em 2003, retornou ao Colégio Sant'Ana onde, aos setenta e sete anos continua sua trajetória de dedicação e amor à formação das novas gerações pontagrossenses.

Requer ainda, que se dê ciência à mesma, através de correspondência a ser enviada ao Colégio Sant'Ana, Rua Sen. Pinheiro Machado, 189 - Centro, CEP 84010-310, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 3319

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da pre-

sente Sessão, de voto de congratulações à Irmã Maristela, nome de batismo Hortência Rosa, pelo jubileu de ouro, cinquenta anos de dedicação ao ensino e à vida religiosa.

Nascida no Distrito de Ponte Alta, município de Formiga, Minas Gerais, em 16.11.1931, emitiu votos em 1955, ingressando na Congregação das Irmãs Servas do Espírito Santo. Graduada em Pedagogia, Orientação Educacional e História, e Pós Graduada em História Geral e História do Brasil, ensinou nos colégios Nossa Senhora da Piedade, no Rio de Janeiro e no Colégio Santos Anjos, em Porto União. Dirigiu os Colégios Sant'Ana em Ponta Grossa; Santa Maria, em Cascavel; Canoas em Canoas-RS e Santos Anjos, em Porto União-SC.

No início deste ano, retornou ao Colégio Sant'Ana onde, aos setenta e quatro anos continua sua trajetória de dedicação e amor à formação das novas gerações pontagrossenses.

Requer ainda, que se dê ciência à mesma, através de correspondência a ser enviada ao Colégio Sant'Ana, Rua Sen. Pinheiro Machado, 189 - Centro, CEP 84010-310, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 3299

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Sônia Maria Filomena.

A referida homenagem, deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3300

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião, encaminhando cópia e solicitando as informações do CMG. OF. Nº 065/2005, expedido pela Câmara Municipal de Guaíra.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 3305

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, encaminhando solicitação de providências necessárias e

urgentes para a reintegração de posse da Fazenda Linda Flora, situada no município de Abatiá, propriedade do Sr. Mário Vilela Magalhães, que foi invadida por um grupo de sem-terra, ligado à Organização Agrária Camponesa - OAC, há mais de 22 dias.

Na última terça-feira, o proprietário e mais três colaboradores foram seqüestrados e torturados pelos invasores. O Sr. Mário Vilela Magalhães já conseguiu na Justiça a reintegração de posse da Fazenda Linda Flora, que tem 408 hectares e produz milho, soja, trigo, além de criação de gado e ovelhas, que rebate a alegação da Organização Agrária Camponesa - OAC, que a propriedade é improdutiva.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 3316

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, informar sobre as verbas destinadas à comunicação social pelos órgãos da administração direta do Governo do Estado do Paraná, em 2005, mês a mês e respectivas totalizações, especificando os valores empenhados; os valores liquidados; os valores pagos; quais os veículos de comunicação destinatários (agências, rádios, jornais, gráficas, etc.) e quais os serviços contratados e campanhas veiculadas, juntando os respectivos contratos:

- Casa Civil; Casa Militar; PGE; SEAP; SEAB; SETI; SECS; SEEC; SEED; SEFA; SEIM; SEJU; SESA; SESP; SEOP; SEDU; SEMA; SEPL; SETP; SETU; SETR e Secretarias Especiais do Governo do Estado.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 3317

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, informar sobre as verbas destinadas à comunicação social pelos entes da Administração Pública Indireta abaixo relacionados, no exercício de 2005, mês a mês e respectivas totalizações, especificando os valores contratados; os valores pagos; quais os veículos de comunicação destinatários (agências, rádios, jornais, gráficas, etc.) e quais os serviços contratados e campanhas veiculadas e, ainda, se houver negociação com os veículos de comunicação contratados mediante compensação ou permuta para fornecimento de energia elétrica, água, ou prestação de serviço, conforme o caso; e juntar cópias dos respectivos contratos, das solicitações de autorização da Secretaria de Comunicação Social e das respectivas autorizações:

- APPA; Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infra-Estrutura do Paraná; CCTG; COMEC; DER; DIOE; DETRAN; DECOM; EMBAP; Instituições de Ensino Superior; IAPAR; IAP; IASP; FUNDEPAR; IPER; ISEPR; EMATER; IPARDES; JUCEPAR; Paraná Esporte; Paraná Turismo; RTVE; SERLOPAR; SUDERHSA; CLASPAR; TECPAR; Agência de Fomento do Paraná S/A; Ambiental Paraná Florestas S/A; BADEP; CEASA; Centro de Convenções de Curitiba S/A; CODAPAR; COHAPAR; CELEPAR; SANEPAR; COPEL; COMPAGÁS; FORROESTE; MINEROPAR; Paraná Desenvolvimento S/A; Paraná Investimentos S/A; Ecoparaná; Paraná Tecnologia; Paranaeducação e Parana previdência.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 657/2005

A Assembléia Legislativa do[

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Colônia Nova Santa Luzia, com sede no município de Manguairinha, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) CESAR SELEME

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Colônia Nova Santa Luzia, município de Manguairinha, é uma entidade civil sem fins lucrativos, e tem por objetivo a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias na defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados.

A Associação não distribuirá dividendos de espécie alguma, nem qualquer parcela de seu patrimônio, ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado, aplicando integralmente o seu superávit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, no sustento de suas obras e atividades no desenvolvimento de suas finalidades sociais.

#### PROJETO DE LEI Nº 658/2005

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública a Organização Beija-flor, com sede e foro no município de Cambé.



Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

A Organização Beija-Flor, constituída em 28 de setembro de 2001, é uma organização sem fins lucrativos e está localizada no município de Cambé, Estado do Paraná.

É uma organização que presta serviço para melhoria da qualidade de vida de famílias carentes, com a distribuição de cestas básicas e cursos para qualificação profissional, buscando o enfrentamento do mercado de trabalho, bem como a realização de campanhas de conscientização para melhoria da saúde, meio ambiente e contra a violência.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 659/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o domínio do Estado, na figura do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, a administração e manutenção da rodovia com pavimentação asfáltica que liga a sede do município de Cruz Machado ao distrito de Santana, numa extensão de 17 km.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) PEDRO IVO ILKIV

JUSTIFICATIVA:

A rodovia em questão é via de ligação do município de Cruz Machado via distrito de Santana ao município de Inácio Martins. É muito usada no transporte de madeiras que sai daquele e de outros municípios da região, razão pela qual sua manutenção se torna demasiado cara se for executada somente pelo município de Cruz Machado, sendo uma importante via que possibilita o desenvolvimento econômico da região Centro Sul do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 660/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a proceder a reversão da doação, ao patrimônio do município de Corumbataí do Sul, da doação dos imóveis urbanos nº 03 da quadra 67, com área de 450,00 m e nº 04 da quadra nº 67, com área de 450,00 m, ambos localizados na planta urbana no município de Corumbataí do Sul, com as

matrículas nº 2.901 e 2.902, do Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Barbosa Ferraz.

Parágrafo Único. Os mencionados lotes foram doados para o Estado do Paraná, através da Lei Municipal nº 155/98, de 19 de junho de 1998.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Conforme o artigo 2º da Lei Municipal nº 155/98, os imóveis supra citados tinham por finalidade a construção do prédio do Destacamento da Polícia Militar do município de Corumbataí do Sul, mas o fato é que até agora não aconteceu, sendo que o destacamento da Polícia Militar está alojado em um prédio cedido pelo Município.

Como os imóveis urbanos foram transferidos para o Estado do Paraná, como forma de doação, solicitamos, portanto, no presente projeto de lei, que os mesmos sejam revertidos para o patrimônio do município de Corumbataí do Sul, pois o Município tem como finalidade a construção do Paço Municipal.

PROJETO DE LEI Nº 661/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, a Associação Ouro Verde dos Moradores da Comunidade de Castelo Branco, com sede e foro no município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

JUSTIFICATIVA:

Referência: projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Ouro Verde dos Moradores da Comunidade de Castelo Branco - São Miguel do Iguaçu-PR.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A Associação Ouro Verde é uma entidade sem fins lucrativos, organizada pelas famílias residentes na comunidade rural de Castelo Branco, no município de São Miguel do Iguaçu, e tem por finalidade principal o desenvolvimento de ações voltadas para a área social, na organização e auxílio às pessoas que residem naquela comunidade.

O fato de declarar mencionada Associação como de Utilidade Pública Estadual, facilitará seu cadastro junto a órgãos governamentais e não governamentais, objetivando facilitar o acesso a recursos que possam garantir a continuidade de suas ações voltadas para o

atendimento a pessoas menos favorecidas financeiramente residentes especialmente na região de abrangência daquela Associação.

Assim, contamos com a aprovação dos nobres Deputados e Deputadas integrantes desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### PROJETO DE LEI Nº 662/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Fundação Faculdade da Fronteira - FAF, com sede e foro na cidade de Barracão.

Art. 2º A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação Faculdade da Fronteira - FAF, é uma organização de ensino público superior, sobrevivendo de doações advindas de empresas e pessoas físicas das regiões Sudoeste e Oeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul. O fato de declarar mencionada Fundação como de Utilidade Pública Estadual facilitará seu cadastro junto a órgãos governamentais e não governamentais, objetivando facilitar o acesso a recursos que possam garantir o Ensino Público Superior a pessoas menos dotadas financeiramente residentes especialmente na região de abrangência daquela Faculdade.

Assim, contamos com a aprovação dos nobres Deputados e Deputadas integrantes desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

### ***Projeto de Lei Complementar***

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 663/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica revogado o artigo 41 da Lei Complementar Estadual nº 76/95, de 21 de dezembro de 1995.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, tem por escopo a revogação do conteúdo disposto no artigo 41 da Lei Complementar nº 76, de 21/12/95, *in verbis*:

*Art. 41. Fica o Estado autorizado a cobrar pedágio pela utilização de vias estaduais conservadas ou vias federais delegadas.*

Tal proposição ressalta o fato de que tanto as vias estaduais como as federais tiveram em sua construção a utilização de recursos públicos, não se justificando, em hipótese alguma, a cobrança de pedágio.

A política do atual Governo tem como substância o combate à cobrança do pedágio, e, visando que este tema não volte a ser objeto de discussão hodiernamente e, também, futuramente, faz-se necessário estabelecer parâmetros legais que inviabilizem essa cobrança, no intuito de coibir a contraprestação dessa taxa, preservando dessa maneira a população, evitando que volte a pagar por aquilo que ela mesma destinou recursos para a sua construção, em suma, que ela mesma subsidiou.

Sendo assim, espera contar com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação da proposição em tela.

### ***Projeto de Resolução***

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 023/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º Fica autorizada a realização de plebiscito para que a população do município de Foz do Iguaçu decida sobre a denominação do referido Município.

Parágrafo Único. A realização do presente plebiscito fica condicionada à decisão dos competentes tribunais, quanto à constitucionalidade e legalidade da lei municipal, que alterou a denominação para Foz do Iguaçu.

Art. 2º O plebiscito deverá coincidir com a realização de eleições gerais.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 25.10.2005.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de resolução com o objetivo de tentar dirimir qualquer dúvida e fazer valer o desejo do povo na possível alteração da denominação do município de Foz do Iguaçu.

A Câmara Municipal de Foz do Iguaçu aprovou proposição alterando a grafia do nome do Município para Foz do Iguaçu. Essa decisão causou grande polêmica entre os munícipes, com manifestações calorosas, a favor e contra a proposta do legislativo municipal.

Muitos entendem que a mudança de denominação do Município só poderia ter sido realizada através da Assembléia Legislativa do Estado, visto que foi o Poder Legislativo Estadual que, através de lei estadual, criou o Município.

Procuramos, também, não onerar os cofres da União e propomos que o plebiscito seja realizado junto às eleições gerais.

Nada mais justo que a população, através de referendo, decida sobre a questão, da qual ela é a maior interessada.

Isto posto, contamos com o apoio dos nobres Pares, para a aprovação da presente proposição.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Tadeu Veneri.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Embora tenhamos um número muito pequeno de Deputados neste Plenário, o dia de hoje não poderia passar, Sr. Presidente, sem que registrássemos, ao mesmo tempo com um profundo pesar, também com a certeza que a história nos ensina que aqueles que acreditam e lutam pela liberdade e pelos direitos no nosso país têm o seu nome perpetuado na história.

No dia de hoje, trinta anos atrás, tivemos a confirmação de mais uma que seria a penúltima, pelo menos oficialmente, das mortes praticadas pelo regime militar, instaurado em 1964, e que teve na pessoa de Wladimir Herzog um dos seus últimos “suicidados”, porque era assim que o regime militar e aqueles que prestavam serviço a ele, em todas as esferas (Legislativa, Judiciária, Executiva, nos quartéis, nas delegacias) faziam para justificar a morte de militantes de esquerda presos. Como foi o caso de Herzog que, aliás, foi voluntariamente, após ter sido citado, convidado para ir até à Rua Tutoya e no dia seguinte, que foi no dia de ontem, foi até o quartel, foi até a Delegacia e, após uma sessão de uma noite inteira de torturas, morreu no dia em que completaria o seu período, talvez, mais profícuo dentro da história do jornalismo.

É bom saber que, apesar de tudo que aconteceu em outubro de 1975, naquela que era uma dependência militar considerada como a sucursal do inferno, dito assim inclusive pelo Frei Tito Alencar de Lima, que entrou em 1970, nessa mesma dependência, entrou lúcido e, quatro anos depois, cometeu suicídio por ter enlouquecido pela tortura sofrida. Esses mesmos que faziam daquele espaço um espaço de tortura, um espaço como eles classificavam sucursal do inferno, um espaço onde as informações eram tidas como tendo que ser obtidas de qualquer forma, esses mesmos foram esquecidos pela história. Entretanto, Wladimir Herzog continua vivo não só na história do nosso país, mas continua vivo na memória de todos os democratas.

Wladimir Herzog, um militante do Partido Comunista Brasileiro, um jornalista, uma pessoa que teve a sua história marcada e gravada pela defesa dos ideais que a maioria da nossa população acredita, na liberdade, na

igualdade. Uma pessoa que deixou a sua mulher e os seus filhos em casa, em uma manhã de outubro, para prestar depoimentos e, algumas horas depois, era morto pelos seus algozes, e no dia seguinte, colocado enforcado dentro da cela, sequer tendo os seus torturadores o cuidado de fazer com que a cinta que o prendia estivesse a uma altura suficiente para que pudesse, pelo menos, ter a impressão de que havia cometido, de fato, suicídio.

Foi tão grosseiro, foi tão absurdo o ato cometido que se constatou depois que, na verdade, foi estrangulado, além de torturado primeiro, foi estrangulado para posteriormente ser pendurado na janela da delegacia onde foi torturado. E os militares sequer tiveram o cuidado de fazer com que ficasse a uma altura suficiente. Tanto que nem os seus joelhos ele pode dobrar. Ou seja, talvez seja um dos poucos casos em que nós tivemos, uma pessoa cometer suicídio em pé. Cometeu suicídio sem que tivesse sido mecanicamente asfixiado.

É preciso que lembremos que o maior ódio dos militares e aqueles que torturavam tinham das pessoas que eram presas, era tentar obter delas informações e saber que as informações que eles queriam nem sempre aquelas pessoas tinham. E ódio maior era saber que essas pessoas, mesmo sendo torturadas barbaramente, como foi Wladimir Herzog ainda assim em determinado momento o seu espírito se separava absolutamente do seu corpo físico, tamanha era a brutalidade.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PT***

Tamanha era a selvageria praticada contra todos os brasileiros que caíram nas mãos da ditadura militar.

Por isso, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o dia de hoje é para nós do Partido dos Trabalhadores e para todos aqueles que acreditam na democracia e que lutaram por ela, ao mesmo tempo um dia de lembranças trágicas, mas também um dia para que muitos dos que colaboraram inclusive com o Regime de 64, muitos dos que sorriram em 64 quando tínhamos a lista dos cassáveis e a lista dos comunistas deste país.

Muitos dos que se beneficiaram pela ditadura inclusive economicamente, muitos dos que hipocritamente depois buscaram através de mecanismos legítimos, legais e inclusive constitucionais e de eleições, limpam o seu nome, muitos desses provavelmente nesse dia sorriram. Nesse dia ficaram contentes, sentiram-se aliviados com a morte de Herzog. Mal sabiam eles que pouco tempo depois a mesma ditadura que já havia afastado, prendido e morto centenas de brasileiros e preso milhares de brasileiros e brasileiras em nosso país, cairia por obra da sua própria truculência, por obra de sua própria selvageria.

Foi dessa forma que pouco tempo depois Manoel Fiel Filho, também preso, torturado e também “suicidado” foi um marco para que tivéssemos o começo da derrocada do Regime Militar. E mais ainda a morte de

Herzog não foi uma morte aceita silenciosamente. No dia da missa em que Dom Evaristo Arns rezou em memória de Wladimir Herzog, oito mil pessoas, e é bom que tenhamos jovens aqui dentro do plenário da Assembléia Legislativa, porque Wladimir Herzog que muitos de vocês, talvez a maioria jamais tenha ouvido falar, Wladimir Herzog é o responsável também, para que nós possamos estar aqui, hoje.

Wladimir Herzog e aqueles que morreram na luta pela redemocratização em nosso país são também pessoas que deram a sua vida por uma causa. Pela causa da liberdade, da democracia.

Tenho certeza e quero me dirigir a vocês que estão no plenário, tenho certeza que vocês estão aqui hoje muito pela luta desses democratas, desses brasileiros, que pagaram com a própria vida por aquilo que acreditavam.

Sr. Presidente, quero apenas lembrar que apesar de toda a pressão feita pelos militares, no dia seguinte à morte de Herzog, em que foi feita a missa, em que compareceram oito mil pessoas driblando mais de cinquenta barreiras policiais, em São Paulo, em outubro de 1975, alguns de nós sabíamos que ali estava plantada a semente de redemocratização do Brasil. Redemocratização que contaminou com a volta dos exilados, em 1979, com a luta pelas “Diretas Já”, com as eleições, ainda que no Congresso, feita de forma indireta, e que elegeu o primeiro presidente civil encerrando um ciclo de vinte anos, depois, com as eleições de 1990, de 94, de 98, de 2002 e na próxima eleição que acontecerá no ano que vem.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que todos nós devemos hoje a Wladimir Herzog e a tantos outros, a condição de estarmos no plenário da Assembléia, de podermos ter mandato, de sequer talvez lembrarmos do que sofreram aquelas pessoas, neste dia.

Lembro, aqui, Deputado Pedro Ivo, que em 1975 e 77, tínhamos muita dificuldade para fazermos oposição dentro do sindicato dos bancários, da dificuldade de colarmos cartazes nas ruas. Lembro da dificuldade que tiveram aqueles que lutaram e acreditaram em um mundo melhor, alguns estão hoje nesta Assembléia e, certamente, nesse dia, devem lembrar que nós prestamos uma homenagem a Wladimir Herzog, porque graças a ele o senhor, eu e tantos outros podem estar diversas vezes sentados neste plenário, sem às vezes lembrar que para que chegássemos até aqui, muitos tiveram que passar por torturas que lhe tiraram a própria vida, como aconteceu com Wladimir Herzog.

O meu tributo e o tributo do Partido dos Trabalhadores a esse, que mais do que um brasileiro, foi um imigrante que veio atrás de democracia, fugindo do nazismo com a sua família buscar uma vida melhor e, infelizmente, morreu nos porões da ditadura militar, mas a sua história continua viva em cada um de nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Pergunto a V. Exa. se o orador que acaba de deixar a tribuna usou o Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Não. Ele está usando o Horário da Liderança, o Pequeno Expediente e a Liderança do seu Partido.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Hoje, a liderança do Partido é de quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Dez minutos. E o Grande Expediente está reservado à Associação dos Abatedouros e Produtores Agrícolas do Paraná.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Acompanha a nossa Sessão hoje a Câmara Mirim de Vereadores de Ibioporã, no seu oitavo ano, sendo acompanhada pela Vereadora Lourdes Narcizo, pelo professor e Vereador Beata e pelos vereadores João Correa, João Coloniezi e João Ferrari, que irão fazer uso do Horário da Liderança do PMDB, por aquiescência do líder Antonio Anibelli, expondo os motivos e razões do trabalho desta Câmara Mirim na Câmara Municipal de Ibioporã.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Casa registra e dá as boas-vindas a todos vocês.

Também queremos registrar e dar as boas-vindas à presença do Prefeito de São Mateus, Francisco Luiz.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado José Domingos Scarpellini.

**Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sra. Deputada:

Ontem falamos, aqui na tribuna, sobre a questão de segurança. O jornal Tribuna do Norte, de Apucarana, traz hoje uma matéria, dando conta da situação de Apucarana e região, que retrata muito mais do que aquilo que aqui falamos ontem. Fomos benevolentes com o Governo, quando dissemos aqui e afirmamos que a segurança no Paraná está precária. O jornal de Apucarana, que é o jornal do Vale do Ivaí e do Paraná, o jornal Tribunal do Norte traz hoje uma reportagem de duas páginas, mostrando a situação gravíssima de segurança que está passando Apucarana e que passa o interior do Paraná.

Queremos neste dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que mais uma fazenda foi invadida no Norte do

Paraná, em Abatiá. O seu proprietário, Vilela Magalhães, foi tomado como refém e além de ser espancado, estão lá a preda a propriedade agrícola construída pela família ao longo de mais de quarenta anos. E não é uma fazenda improdutiva ou um latifúndio de grandes proporções, mas é uma pequena ou uma média propriedade agrícola produtiva.

Mas, queremos falar agora sobre o assunto que fomos tratar com a Ministra Marina da Silva, que é o assunto dos Ilhéus do Parque Nacional de Ilha Grande, que foram desalojados das suas pequenas propriedades e estão aguardando as suas indenizações. E fomos levar a ela uma sugestão, que já havíamos passado há dias em Brasília, quando tivemos uma audiência com ela. É sobre a compensação de reserva legal das propriedades localizadas na bacia do Paraná, que poderão dar para a averbação de pagamento dessas reservas legais, as áreas que os proprietários tenham adquirido dentro do Parque Nacional de Ilha Grande. E a Ministra recebeu, mais uma vez, com muita atenção essa nossa sugestão, que reiteramos hoje e que pedimos a ela que urgencie esse trabalho para amenizar o sofrimento de quem tem que dar a reserva legal e de quem tem que receber do Ibama e do Governo Federal as indenizações pelas desapropriações, que deveriam ter sido pagas à vista.

Mas, ouvimos o Deputado do PT, Tadeu Veneri, falar sobre a Ditadura Militar, as prisões, e não poderíamos deixar de, neste dia, também registrar a nossa solidariedade àqueles que lutaram contra a Ditadura e foram para a rua, foram para a luta enfrentar aqueles que haviam usurpado e roubado o Poder, o sossego e a democracia do povo brasileiro. Lembro-me, em 1975, quando me elegi Deputado no primeiro mandato e aqui cheguei na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vindo da eleição de Vereador em Apucarana e Apucarana que tem na cidade um Comando Militar e nós estávamos vivendo lá as perseguições dos militares que não concordavam com quem destoasse do “sim Senhor” que deveria se falar à Ditadura, à tal revolução e à Arena da época. E nós vimos que o Comando Militar de São Paulo, o 2º Exército, comandado pelo General Edinardo Dávila de Mello, juntamente com o Comando da 5ª Região Militar, o General Samoel Correia e o Capitão Ismar Moura Romariz, de Apucarana, desencadearam no Paraná a operação Marumbi, cuja operação eu, como Deputado Estadual, fui preso e levado para o quartel do Exército em Apucarana. Naqueles mesmos minutos estava sendo preso o Wladimir Herzog, e, em seguida, o Manoel Fiel Filho. Eu tive a sorte de não ser morto pelo Capitão Ismar Moura Romariz, em Apucarana, a mesma sorte não teve o Herzog e o Manoel Fiel Filho.

### ***Passa a usar o horário da Liderança do PSB***

Hoje não dava para encerrar sem poder falar sobre aquilo que nós vivemos aqui no Paraná, neste Parla-

mento, dos companheiros nas dependências do Ahu, que eram presos e vinham do interior, torturados já lá, vinham para cá. E aqui sofreram algumas servícias, algumas torturas. Vários foram os presos: Genese Guimarães, de Londrina; o Pedro Preto, de Apucarana; o Arnaldo Ramos, o Narciso Pires de Oliveira, José Caetano de Souza, e tantos outros, o Enoque, que foram presos e torturados pelas mãos do Capitão Ismar Moura Romariz, em Apucarana.

Fui preso em um sábado e fui liberado logo na manhã de domingo. Passei pelas provocações do Capitão que se dizia o “todo poderoso”. E naquele exato momento ele era, porque ele tinha o poder, as algemas, as metralhadoras, para fazer as prisões arbitrárias, para conduzir aqueles que se pronunciavam contra o regime autoritário. E disse a ele lá no quartel: Capitão, eu quero dizer ao senhor que eu não tenho rabo. Eu não tenho rabo de palha. E ele me disse: “Sr. Scarpellini, nós somos a revolução e somos o poder. Nós aqui fazemos o seguinte: tiramos rabo de quem tem e colocamos em quem não tem. Então, se o senhor não tem rabo poderá adquiri-lo”.

E realmente o Capitão conseguia com as distorções dos depoimentos, Deputado Luiz Carlos Martins, colocar rabo em quem não tinha, pedir a cassação de mandato, pedir as prisões. E tudo isso era feito à revelia do estado de direito. Advogados eram presos e torturados, como foi o caso do Deputado Manoel Ornelas, de Arapongas, que foi levado pelos aviões da FAB do aeroporto de Apucarana para Brasília. E de lá trouxeram, não o advogado, mas o corpo do advogado, que morreu torturado nas celas da Polícia do Exército em Brasília.

Vimos Manoel Fiel Filho, um operário, ser morto nas dependências do segundo exército, em São Paulo, como vimos o jornalista Wladimir Herzog ser assassinado também.

Isso tudo corria na calada da noite. Como dois jovens apucaraneses que foram mortos pela ditadura, que faziam parte da Aliança Libertadora Nacional, José Idézio Brianezi e Três Reis de Oliveira.

Portanto, Deputado, é realmente uma triste lembrança ter que falar de pessoas que morreram por penar, que morreram por acreditar que o que defendiam era o certo. E no entanto, encontraram pela frente as balas, a sepultura como metal final.

Mas, brotou, Srs. Deputados, da luta dessas pessoas nasceu o clarão pela democracia, que nos deu no desaguar dos anos de 1983, 1984 a possibilidade de eleições diretas. E vimos em 1985 um civil ser eleito Presidente da República, pela via indireta, ainda. Mas em seguida tivemos a primeira eleição livre numa disputa entre o PT e o PRN. Vimos chegar à Presidência da República um jovem que desrespeitou os compromissos assumidos nas praças, nas ruas e foi cassado pelo Congresso Nacional, o Presidente Collor de Mello. E aquele que foi o seu opositor, o Lula, vem agora como Presidente, depois de mais três eleições se elege, e estamos vendo que os compromissos firmados nas praças, nos

campos, nos sindicatos, também não são honrados e cumpridos.

Está aí um caso porque nós não podemos somente falar em democracia, para que o povo exercite o seu direito de votar, precisamos falar em democracia onde o povo realmente possa participar das riquezas que o Brasil produz, das riquezas que os seus trabalhadores, os seus filhos geram. E essas riquezas estão mal distribuídas. A democracia tem que ser uma democracia real onde o ser humano possa participar da riqueza que ele próprio produz. E o que vimos aqui? Hoje ainda fomos falar com a Ministra, uma situação de mais de 3.500 famílias de pessoas que moravam nas ilhas do Rio Paraná, que foram desapropriadas e não receberam nada até agora.

Que democracia é essa, que tira lá da ilha um pequeno agricultor rural que tem lá uma vaca, um bezerro, um porco de engorda, uma pequena roça de trabalho e de produção, tira essa família de lá joga fora, não indeniza, não paga? Isto não é democrático. Isto é arbitrário. Mas isso não foi cometido por este Governo que aí está. Foi cometido no Governo passado, mas já poderia ter sido corrigido. São mais de dois anos e meio de Governo e já era tempo suficiente para ter-se uma solução, atender aquelas famílias que foram tiradas das suas pequenas propriedades e jogadas como se fossem marginais, à margem...

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

... jogadas essas famílias, com seus pertences, panela, fogão, cabrito, um cavalo, um burrico, uma vaca de leite e vão para onde? Vão ficar morrendo de fome na beira da estrada e aí, aumenta o índice de criminalidade e ninguém sabe o que está acontecendo.

Ora! É preciso que haja sentimento e foi o que eu notei na Ministra Marina da Silva. Tenho fé que ela vai resolver esse problema dos ilhéus de Ilha Grande e aí nós estaremos fazendo justiça a essas pessoas que também lutaram para que tivéssemos um estado democrático e o estado democrático tem que ser com uma democracia real.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Plauto Miró Guimarães.

**Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)**

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Se há uma coisa que tenho o costume, é viajar e visitar os municípios onde recebi votos nas últimas eleições e isso, periodicamente eu faço. Viajo bastante, ando

bastante. E o que tenho visto na região dos Campos Gerais, são rodovias por onde não tem mais condições de viajar. Quando estamos viajando pelas rodovias do anel de integração, viajamos em boas rodovias, embora o preço de pedágio, na minha avaliação, continua alto. O valor tem que ser ajustado. As rodovias do anel de integração são excelentes rodovias. Quando caímos nas rodovias estaduais, não dá mais para viajar.

Para se ter uma idéia, a estrada que liga Tibagi a Castro, já falei aqui, há bastante tempo atrás e Deputados do lado do Requião subiram lá naquela tribuna, falando que a estrada de Castro a Tibagi iria ficar uma maravilha. Faz mais de um ano que esse embate nesta casa aconteceu, mas não dá mais para viajar. Deputado Barbosa Neto, sabe o que é que está acontecendo? Saem as pessoas que desejam ir ao município de Tibagi e no lugar de ir pela rodovia pavimentada, vão pela Rodovia do Café até o cruzamento da Estrada Transbrasiliana que, nesse trecho não é pavimentada e ali eles se dirigem ao município de Tibagi. Na rodovia pavimentada, que é obrigação do Governo do Estado do Paraná fazer a sua conservação, não tem mais condições de viajar. É um buraco em cima do outro. Caminhões carregados de grãos não utilizam mais essa rodovia, dirigem-se de Tibagi a Telêmaco Borba, a Embaú, para ir à cidade de Ponta Grossa e, naturalmente, ao Porto de Paranaguá. Quem quiser questionar, que vá lá, e veja. Se quiser, vamos juntos, vamos lá passar por essa rodovia para ver o caos que está.

Também a rodovia que liga Ponta Grossa ao município de Palmeira. Está lá, cheia de placas: "rodovia em conservação". Aquelas placas bonitas que o Governo do Estado mandou fazer, para que ali pudesse ele divulgar que estava arrumando as rodovias estaduais. Mas só têm as placas e o que nós queremos, são as rodovias arrumadas e as rodovias não têm condições de tráfego.

Pior, quando ligamos a televisão, o que nos vemos? Propaganda, e mais propaganda, e mais propaganda, e mais propaganda, que o Estado está investindo um bilhão de reais nas rodovias de obrigação de conservação do Governo do Estado. Não está acontecendo. Em algumas rodovias está sendo colocada uma pequena camada de asfalto, mas na região dos Campos Gerais, na região que represento nesta Casa, as rodovias não têm condições de uso. O pior: sabe quanto estão gastando em publicidade, Deputado Scarpellini? Cento e quarenta milhões de reais, para mostrar ações que não são verdadeiras.

Convido! Convido os Deputados que defendem o Governador Roberto Requião, nesta Casa, para amanhã sairmos daqui e vamos juntos ver o estado que estão as rodovias que o Governador tem a obrigação de conservar. É só propaganda. Propaganda que não é verdadeira. Propagandas que não são reais, porque essas estradas já foram filmadas e mostradas na televisão como propaganda do Governo, como se estivessem em boa situação de uso. Convido a todos aqueles que discordam disso que estou falando aqui, para ver o caos que estão as rodovias dos Campos Gerais.

Chega de papo, Governador Roberto Requião, acorda, o Estado está sofrendo e todos nós paranaenses, também!!

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Maria Ferreira.

(**Ausente**)

No Pequeno Expediente, Deputado Elio Rusch.

## ***Deputado Elio Rusch (PFL)***

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente. Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Ouvi atentamente o Deputado Plauto Miró Guimarães quando fazia algumas considerações em relação às estradas do Estado do Paraná.

Deputado Plauto, todos nós Parlamentares e o Paraná inteiro recebemos encartes, com jornais que circulam diariamente no Estado, com um mapa dos quatro mil quilômetros de rodovias que o Governo ia recuperar.

Não posso falar do Norte, do Noroeste e nem do Centro, porque passo uma ou outra vez, mas vou falar do Oeste do Paraná, da terra do Deputado Ademir Bier, do Líder do Governo, Deputado Dobrandino, Deputado Duílio Genari, Chico Noroeste, Nereu Moura e tantos outros Parlamentares que representam essa região aqui, na Assembléia Legislativa.

Pois bem, pelo mapa, algumas estradas já estão concluídas, todas rodovias estaduais. Eu também desafio os Deputados que dão sustentação ao Governo aqui na Assembléia, para nos acompanhar, se vocês acham que eu não estou falando a verdade. E a própria imprensa do Estado do Paraná.

Vamos visitar a rodovia que liga Marechal Cândido Rondon a Nova Santa Rosa; vamos visitar a rodovia que liga Nova Santa Rosa para Maripá; a rodovia que liga Nova Santa Rosa a Toledo; vamos visitar a rodovia de Marechal Cândido Rondon que liga Porto Mendes; Marechal Cândido Rondon, que passa por Pato Bragado, que vai a Santa Helena; vamos visitar Missal que liga Medianeira; Missal que liga São Miguel do Iguaçu, qualquer uma das rodovias estaduais, que o Governo diz que já tem recuperado. Cheia de buraco, com panela, com pintura nova, deram como pronta. Esta é a triste realidade.

Daí, ligamos a televisão, Deputado Rossoni tem um repórter nas estradas. Olha, eu o respeito. É o nosso amigo, nosso companheiro, eu sei que ele está prestando um serviço ao Governo do Estado. Algumas rodovias são focalizadas, sim, são filmadas, mas é exato esse trajeto. E as demais! Quatro mil quilômetros, de rodovias. Eu disse rodovias e desafio: vamos visitar essas rodovias. Vou com o Deputado Ademir Bier, levamos a televisão, vamos levar a televisão no fim de semana, agora.

Vamos lá mostrar a rodovia de Missal e Medianeira; Missal a São Miguel do Iguaçu; Missal a Santa

Helena; Santa Helena a Marechal Cândido Rondon. Eu digo os trajetos, Deputado Ademir Bier, e o senhor acha que eu estou mentindo. O senhor vai nessa tribuna e diz: “o Deputado Elio Rusch foi mentiroso”. Eu aceito, sim, o desafio. Vamos levar a imprensa, sim, Deputado Ademir Bier. Ora, eu fui Governo nesta Assembléia, mas não defendia quando as coisas estavam ruins, não. A estrada está precária, Deputado Ademir Bier, está ruim, está péssima.

Agora, não é possível que eu seja interrompido por um Parlamentar para dizer que vai comigo. Vamos lá, sim. Se o senhor não foi, eu já fui, e passei agora no final da semana. Acredito, da mesma forma como se encontram essas rodovias que eu citei, devem se encontrar outras rodovias, Deputado Ângelo Vanhoni, no Estado do Paraná, na mesma situação. Agora, o que nós precisamos fazer? Recuperar as rodovias, como aquela que liga Marechal Cândido Rondon a Guaíra que finalmente, há duas semanas, o Tribunal de Contas da União, Deputado Luiz Carlos Martins, é de responsabilidade do Governo Federal. Olha, não tem condições de andar.

Lógico, algumas rodovias, isso nós temos que dizer, Deputado Valdir Rossoni, que o Governo do Estado recuperou. Lógico, tem que fazer alguma coisa; mas não diga que fez aquelas que estão esburacadas. Ora, não é possível isso.

Agradeço com toda certeza, este é um tema que vamos abordar muitas e muitas vezes.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado José Maria Ferreira.

## ***Deputado José Maria Ferreira (PMDB)***

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Câmara Mirim da Câmara Municipal de Ibioporã que aqui hoje se faz presente, acompanhado dos Vereadores João Polonesi, João Ferrari, Pedro Renato Bandeira, João Correia, da Vereadora Lurdes Narciso. É uma satisfação enorme acolhê-los aqui, nesta tarde em que acompanham os pronunciamentos desta Casa.

Ontem era para usarmos a tribuna, mas em função dos horários terem sido ocupados, resolvemos fazer o pronunciamento que íamos fazer ontem, na data de hoje.

Domingo tivemos um exemplo de democracia, de participação, que faz os políticos, como nós outros, pensar. Comparecimento de 80% na média, Deputada Elza Correia, sem o envolvimento de nenhum político, sem envolvimento direto de nenhum Partido, sem envolvimento econômico, financeiro, sem aliciamento, sem aquela correria que nós fazemos nas eleições, na qual nós participamos como candidatos. Um exemplo, Sr. Presidente Pedro Ivo, deu a população ao participar deste referendo. E não somos uma Nação habituada a participar de

referendos, de plebiscitos, isto é, da democracia participativa; estamos habituados, sim, a sermos espectadores do processo político. Mas, no domingo foi diferente, a população esteve presente, não tinha o interesse na eleição de nomes, mas sim o de uma postura diante da Nação, diante de si e diante da história. Quer ele fosse do SIM ou do NÃO. Mas ele foi participar, fazer presença, foi responder pelo seu compromisso de cidadania. É assim que vamos construir uma Nação.

Não quero abordar a efetividade desse referendo, porque entendo que poderíamos realizá-lo, sim, no momento das eleições majoritárias para Presidente da República. Em quase todos os países do mundo é assim, e é nesse momento em que são feitos os referendos, os plebiscitos, e efetivados nessas nações democráticas. Mas nós, perdulariamente, fizemos um extemporâneo.

Mas, valeu! Valeu pelo sentido de não entregar um direito, de não abrir mão de algo que possa ser o exercício de nossa segurança. Por esta razão um colégio de 122 milhões de brasileiros, do qual participaram 95 milhões e 374 mil, 779, correspondente a 78,15% de comparecimento. Onde 59 milhões 108 mil e 376 brasileiros e brasileiras, representando 63,94% optaram pelo NÃO. Isto é, pela manutenção, pela condição de comercialização da arma e munição.

Não que seja para portar, mas para que possa ter dentro de sua residência, e num momento lhe servir como um meio de segurança.

E 33 milhões 332 mil e 924, representando 36,06% votaram pelo SIM. Isso representou a liberdade do nosso povo em escolher entre o SIM e o NÃO.

## ***Passa a usar o horário da Liderança do PMDB***

Agora, Sr. Presidente, usando o Horário da Liderança do PMDB, convido a representante da Câmara Mirim de Ibiporã, a jovem Karim Rocco, estudante do 1º ano colegial do Colégio Estadual Olavo Bilac, que tive o privilégio também de ser aluno dessa escola, para que venha a esta tribuna e faça o seu pronunciamento.

O que é a Câmara Mirim de Ibiporã? É uma Câmara paralela à Câmara de Vereadores, criada em 1997, de proposição de Lurdes Aparecida Narciso e do Vereador João Polonesi. Tem por objetivo fazer representar neste colegiado todos os jovens das escolas de Ibiporã. São dez escolas que participam, fazendo a eleição no critério que a escola e o conselho escolar entenderem.

São as escolas: Educativa, Tia Sônia, Santa Marta.

Os colégios de unidade pólo; Escola Estadual San Rafael; Escola Estadual Antônio Iglesis; Escola Estadual Ulisses Guimarães; Escola Estadual Basílio de Lucas e Escola Estadual Teotônio Brandão Vilela.

Hoje, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, essa Câmara Mirim já está na sua 7ª Legislatura, indo para 8ª e têm, aqui, representantes dessas dez escolas, compreendendo trinta e sete alunos das séries 7ª, 8ª e do primeiro

colegial; de quarenta e dois entre os titulares da 7ª Legislatura e seus suplentes; e titulares e suplentes da 8ª Legislatura que iniciar-se-á em janeiro de 2006.

É com orgulho que passo a palavra à Karen Priscila Rocco, porque esse é o futuro que esperamos, de jovens comprometidos com o ideário de nação, comprometidos com a cidadania, e com o futuro do nosso povo.

Muito obrigado.

Com a palavra, com a aquiescência do Sr. Presidente da Mesa, Karen Priscila Rocco.

## ***Srta. Karen Priscila Rocco - Representante da Câmara Mirim de Ibiporã***

A STA. KAREN PRISCILA ROCCO

(Lê):

Exmo. Sr. Presidente Hermas Brandão; Exmo. Deputado José Maria Ferreira; Ilustre representante do município de Ibiporã nesta Casa de Leis; Exmo. Deputados Elza Correia, André Vargas, Barbosa Neto e Durval Amaral, representantes da região metropolitana de Londrina; nobres Deputados e Deputadas aqui presentes.

Fui escolhida entre meus Pares da Câmara Mirim de Ibiporã para dirigir uma mensagem aos senhores.

Sentimo-nos honrados e emocionados em ocuparmos esta tribuna para deixarmos registrada nesta tarde nossa passagem por este valoroso Parlamento, palco de decisões que incidem na vida dos paranaenses.

Temos orgulho em fazer parte do projeto Câmara Mirim, da Câmara Municipal de Ibiporã. Este projeto foi criado em 1997, por iniciativa dos Vereadores João Coloniezi e Lourdes Narcizo, que estão aqui presentes, em companhia dos Vereadores: João Ferrari, Pedro Renato e João Correia.

Este projeto, senhoras e senhores, é um instrumento que complementa a educação exercita a cidadania e prepara estudantes, como eu e meus colegas, para entender as relações e o convívio do cidadão para com as instituições públicas, além de preparar para a construção de uma sociedade mais justa e participativa.

Após permanecer pelo período de um ano na Câmara Mirim, o conceito que tínhamos da política e dos políticos nunca mais será o mesmo! Aprendemos que, como tudo nesta vida, há políticos bons e políticos ruins; e que nós, o povo, somos os responsáveis pela escolha de nossos representantes. Sabemos que a política está presente na nossa vida em tudo: desde o asfalto e o esgoto do meu bairro, a luz, a escola, o posto de saúde, enfim, até os tratados internacionais firmados pelo Governo Federal. Daí a importância do nosso voto e a grande responsabilidade dos senhores e senhoras.

Sr. Presidente, somos jovens e portadores da esperança de um Brasil melhor. Acreditamos em nosso país, apesar da vergonha que sentimos da má conduta de alguns representantes, no Congresso Nacional.



As notícias mostram que o país avança como um gigante, apesar do desperdício de dinheiro público desviado pelos Valériodutos, em malas e cuecas e do lamaçal descoberto pelas CPI's.

Sonhamos com uma sociedade em que todos, em especial os jovens, tenham garantido acesso igual aos bens culturais, educacionais e sociais. Sonhamos com um país que avance, não somente nos números da balança comercial, mas sobretudo, na qualidade de vida de sua gente.

Sonhamos, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, com legisladores comprometidos com a verdade em nosso país. Acreditamos, nobres colegas legisladores, que grande parcela dessa solução está nas mãos de V. Exas. Queremos pedir que sejam implacáveis no combate à corrupção histórica que assola a administração pública brasileira. Que os senhores sejam parceiros na construção de uma nova ordem na política nacional, onde prevaleça verdadeiramente o compromisso com a ética, a moral e a honestidade.

Pedimos que utilizem o peso de seus mandatos para, de fato, cuidar dos interesses e dos anseios daqueles que não têm vez nem voz, retratados nas minorias raciais, nos indígenas, nas mulheres, nos idosos, e nas crianças e adolescentes. Que os senhores lutem para garantir uma democracia substantiva, construtiva, participativa e progressista.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer novamente a oportunidade que nos foi concedida em utilizar esta tribuna e dizer que nós, Vereadores Mirins do município de Ibiporã, sonhamos com essas mudanças e que estaremos vigilantes para que elas ocorram.”

Muito obrigada.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sr. Presidente, é com este orgulho que sou representante da cidade de Ibiporã. Temos uma sociedade extremamente politizada e ela começa nos nossos jovens. Ela começa aonde deve começar o futuro desta nação. E não pode ser postergado para o amanhã. Ele tem que ser vivenciado; em seu ser aprendido; praticado.

Só vamos mudar a face, conhecer melhor como fazer as escolhas, como encaminhar essas escolhas a parte do momento em que, efetivamente, a nossa nação fizer parte do projeto nacional.

Com aparte a Deputada Elza Correia, representante da nossa região também de Ibiporã.

#### A Sra. Elza Correia (PMDB)

Queria companheiro José Maria, companheiros de Ibiporã, Câmara Mirim que está aqui, que é até emocionante e comovente para nós Deputados e Deputadas ouvirmos a palavra da Karen. Desta Parlamentar mirim, desta jovem que, com certeza absoluta, dará orgulho não a Ibiporã, mas ao Paraná e ao Brasil porque nós ouvimos, caro colega José Maria, na sua fala, um novo pensar em relação à política, uma nova visão. Mostrou que real-

mente a juventude está atenta no controle social e na ação dos políticos. Ela falou uma coisa muito forte. Que elas, jovens, meninos e meninas, são movidos pela esperança. Nós também. Então, tenho certeza absoluta que você Karen, que está aqui, deu uma grande demonstração de compromisso dessa juventude e de cobrança dos que já assumem os cargos parlamentares.

Estamos com você. A corrupção é uma doença, tem que ser banida do meio político. Parabéns a vocês, com certeza absoluta vocês poderão contar com esta Casa sempre.

Muito obrigada pelo aparte.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Eu que agradeço e tenho certeza, Deputada Elza, que a despeito do desempenho da Karen, os outros trinta e seis, se aqui estivessem, fariam da mesma forma, com o mesmo talento, com a mesma altivez.

Aparte concedido ao Deputado Neivo Beraldin.

#### O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Deputado José Maria, V. Exa. fez uma coisa hoje, muito bonita. Aliás, tem se portado nesta Casa com muita dignidade e, sobretudo com muita competência. Porque hoje temos que associar três coisas ao homem público: ética, competência e trabalho. A Karen veio e nos deu uma lição de espírito público, os estudantes mirins estão aí. Estamos diante de uma constatação que é a seguinte: infelizmente, nem toda a sociedade paranaense ou brasileira conhece efetivamente as nossas funções e os nossos deveres. Aquilo que nos respaldamos para legislar, que é o Regimento Interno, a Constituição Estadual e Federal.

Lamentavelmente, aprovamos aqui o orçamento do Estado e o fiscalizamos, rejeitamos e aprovamos a aplicação do orçamento, muitas vezes sem um debate mais aprofundado, sobre aplicação daquilo que deveria ser na área da saúde, educação e segurança.

Temos que começar a viajar mais para o interior do Paraná, na minha visão, e nos expor a falar aos estudantes, sobretudo, às crianças. Porque as crianças acabam transmitindo à família, pais e vizinhos o que significa o primeiro dos três Poderes da Federação, que é exatamente o Poder Legislativo, conforme determina a Constituição, depois, o Poder Executivo e depois o Poder Judiciário. Vai uma opinião, para que as crianças e todos os paranaenses prestem muita atenção, na hora de eleger o seu representante dentro do Legislativo.

Deputado José Maria, não quero me alongar. Cumprimentar os seus amigos da sua cidade e dizer que V. Exa. está de parabéns por proporcionar, no dia de hoje, essa manifestação da Karen que nos comoveu a todos.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Obrigado.

Os Vereadores Mirins, Deputado Neivo Beraldin, demonstram que a partir do momento em que vivenciam e acompanham os trabalhos da sua comunidade, passam a

ter uma visão diferente do papel do político, do legislador, do administrador público e é esse papel consciente que precisamos estimular e resgatar.

Quero deixar aqui, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, também o reconhecimento à Câmara Municipal de Ibiporã, por este trabalho incomum na nossa sociedade, que presta um exemplo a ser seguido, observado e vivenciado por outras comunidades. É pela sexta vez que os recebemos, e espero poder recebê-los no ano que vem pela sétima vez, demonstrando o amadurecimento e a capacidade de provocar mudanças na sociedade.

Muito obrigado. Parabéns.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância do tempo.

(Aplausos)

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Horário das Lideranças:

Bloco PP e PSB; PPS;

(**Declinam**)

PDT.

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

## ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Não precisamos apontar aqui o crescimento da violência em nosso Estado, aliás, tenho feito isso semanalmente e, às vezes, diariamente da tribuna desta Assembléia Legislativa. Venho fazendo isso nos últimos quase três anos.

Hoje, não queremos falar dos casos pontuais. Cada um de nós teria um fato para relatar da violência que sofreu, sejamos nós diretamente enquanto deputados ou cidadãos, ou nossos familiares, secretários de Estado, algumas vítimas de atentados, outros de acidentes, outros de assaltos à mão armada, seqüestros relâmpagos, enfim, toda a sorte de violência que que grassa hoje, campeia solta em nosso Estado.

Agora, o que dizer da população de uma maneira geral?

Essa nem se fala e essa não tem um microfone, não tem uma tribuna onde possa, pelo menos, desabafar ou gritar. E precisamos fazer um exercício de pensamento para relembrarmos aqui o que fez o Governo nesses quase três anos na área de Segurança Pública.

Primeiro, bem ao estilo do Governador, arvorou-se na condição de “Rambo” ou de “Bradock”, como “Salvador da Pátria” e assumiu o cargo de Secretário de Estado da Segurança Pública como o Superman, passa pela transformação e vira o super-herói, de Clark Kent. Mas,

essa transformação, na verdade, foi um grande erro do Governador, que depois de tantas expressões e de cobranças desta Casa e de malfadadas ações como, por exemplo, a de perseguir os delegados calças-curtas, os delegados nomeados que não são bacharéis e causou um desfalque muito grande, porque hoje mais de 150 municípios do Paraná não possuem um delegado de carreira e muito menos um nomeado. E onde foram colocados os sargentos para assumir essa função, ele acabou trazendo uma verdadeira cisão entre a classe.

**O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Deputado Barbosa, permite-me um aparte nessa questão dos Delegados calças-curtas?

(**Assentimento**)

Esses agentes de segurança, se não me falha a memória, são em número de 180 que a Assembléia autorizou a contratar. Mas, é incrível o que aconteceu nessa situação: os cargos não foram extintos e as pessoas estão contratadas e não estão trabalhando na área de segurança. Sabe onde estão trabalhando?

No Museu, na Secretaria X, Y, Z e estão usando os cargos de agentes de segurança. Eles poderiam não estar exercendo o cargo de Delegado calça-curta, tudo bem! Mas, eles poderiam estar nas delegacias de polícia, como agentes de segurança, ajudando nesse caos que tomou conta da segurança do Paraná.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Muito obrigado ao aparte e concordo plenamente com o Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição nesta Casa!

Mas, quando a crise na segurança aumentou, o Secretário e Governador deixou a Pasta e deu para Luiz Fernando Delazari assumir a Secretaria da Segurança Pública. Pois bem, todos já sabemos o final desse filme: logo nas primeiras semanas que estava no cargo, com uma caneta-revólver, feriu-se no próprio dedo, dentro do Gabinete da Secretaria da Segurança Pública, colocando em risco até mesmo, já que aquela bala perdida poderia ter atingido um inocente.

E também, logo no começo, esse Secretário que disse que a culpa da má operação da polícia era a corrupção. Autorizamos nesta Casa a reforma do Estatuto da Polícia, dizendo que a moralização aconteceria a partir daquela data e que os problemas seriam resolvidos. Mas, a “banda podre”, como foi decantada em prosa e verso, não sabemos até agora o que aconteceu com ela. Quantos policiais foram afastados? Quantos policiais foram condenados ou mesmo expulsos da Corporação? Quais eram esses corruptos? Quais as medidas adotadas? E até mesmo um pedido de desculpas para aqueles bons policiais, com uma folha de serviços prestados à população.

Mas, até agora não sabemos o que aconteceu, não recebemos nenhum tipo de relatório. Esse mesmo Secretário, que por diversas vezes se negou a vir a esta Casa, quando convidado para debater a questão da Segurança

Pública. Esse mesmo Secretário que, ao invés de visitar as cadeias superlotadas, de intermediar negociações para evitar conflitos dentro do próprio seio da sua Pasta, furtou-se também, dessa prerrogativa. Esse mesmo Governo que, vamos lembrar, abriu mão de milhões de reais do Fundo Nacional de Segurança Pública destinado pelo Governo Federal para equiparar as polícias, com aquilo que já mantinha entendimentos, o Governo Federal, no Estatuto das corporações estaduais.

Estamos trazendo todas essas preocupações na tarde de hoje, porque esse Governo, na questão da segurança pública, não disse a que veio; qual é a bandeira; qual é o projeto; qual é a estratégia. Falou-se do geoprocessamento e até não sabemos o que é esse geoprocessamento. Criou-se a chamada e famigerada força-tarefa, alardearam, resultado inócuo, não tivemos, na prática, a diminuição da violência. Criou também outra desmotivação interna porque aqueles, apenas aqueles que estavam trabalhando na operação, ganhavam bons salários. Enquanto isso, os policiais militares estão há onze anos sem receber sequer a reposição salarial da inflação.

Esse mesmo Secretário deixou escapar, por exemplo, um dos maiores criminosos que foi preso nos últimos anos no Brasil e que agiu em Florestópolis seqüestrando duas crianças, mas que por falta de um arquivo sério foi para Santa Catarina e Rio Grande do Sul e é acusado de ter tirado a vida de seis ou oito adolescentes. Um tarado que hoje está preso, ainda bem, no Rio Grande do Sul.

Essa é a política da segurança pública em nosso Estado. E o único projeto que o Governo também se arvorou como sendo dele, saiu desta Assembléia, a Lei do Desarmamento, que era do Deputado Ratinho Júnior. É a única ação eficaz que o Governo tem no enfrentamento à violência. E hoje abrimos os jornais, quase três anos depois, e vemos em letras garrafais: "O Governo vai retomar o processo do desarmamento". O que estão fazendo com a segurança pública? Não quiseram o dinheiro do Governo Federal, não tem projeto, não tem rumo, não tem norte, e o povo está sofrendo. Todos os dias temos casos de violência que não eram observados em anos anteriores.

Então, estamos trazendo, mais uma vez, essa nossa preocupação na tarde de hoje, porque não vamos apontar esse ou aquele caso como vítimas da violência, como casos em decorrência da insegurança, não, mas trazendo uma análise geral para saber a quantas anda, infelizmente, a nossa segurança pública.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Esta Casa quer registrar, a pedido da Deputada Elza Correia, a presença do Sr. Leonilson J. - Diretor da Sercomtel de Londrina. Esta Casa registra e dá as boas-vindas.

Liderança do PFL.  
(Declina)

Liderança do PSDB. Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

## ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Pediria ao som, se fosse possível, para aumentar um pouco o volume, porque estou meio afônico.

O Deputado Pedro Ivo, o Deputado Anibelli e eu, que representamos a região Sul, acredito, temos que fazer um alerta, não sei se ao Governo Federal ou ao Governo Estadual, mas, na verdade, a rodovia 476 ou 153, pode ser dita, ela certamente vai deixar a nossa região isolada. Primeiro houve toda aquela batalha pelo fechamento da rodovia: o Governador fechou a rodovia, abriu a rodovia, mas os buracos permaneceram lá. Agora caiu uma parte; está praticamente intransitável, porque daqui a poucas horas pode acontecer que caia o restante. E a nossa região ficará isolada. Vi esses dias, o movimento do Deputado Stica, que é válido, fazermos uma comissão para trabalharmos em favor dessa rodovia. Gostaria de pedir ao Deputado Stica que usasse o seu prestígio junto ao Governo Federal. E pedir ao Deputado Dobrandino junto ao Governo Estadual. E que não ficássemos nessa picuinha, de quem é a rodovia.

Para nós, não interessa de quem é a rodovia. Para nós interessa é que o cidadão, o empresário, o paranaense que está produzindo, quer levar o seu produto a faturar. Porque no final do mês o empresário tem que pagar os seus funcionários, os seus impostos e tem que cumprir com as suas obrigações.

Mas, se ficarmos aqui, esperando a discussão histórica de quem é essa rodovia, a nossa região vai ficar isolada, certamente.

Deputado Dobrandino, antes de lhe conceder o aparte, quero dizer que V. Exa. ficou me devendo quando o Governador Requião fechou essa mesma estrada. E fechou essa estrada por desinformação, porque se naquele mês, um mês e meio atrás, ele fechou a rodovia, hoje a rodovia está em condições muito piores. E hoje ele não fecha a rodovia, não determina uma atitude. E não recebi nenhuma resposta do Governo. Não é porque sou Deputado de Oposição. Acho que mereço a atenção e a resposta quando a situação é grave, como é a rodovia 153 e a 476. Não tem mais condições, nas próximas horas poderemos ter a interdição da rodovia. Aí não é pela vontade do Governador e nem do Presidente Lula, vai ser, sim, pela vontade da natureza, porque está já, na verdade, em meia pista, desbarrancando o restante e vamos ficar isolados do país, não só o Paraná como parte de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Quero agradecer pelo aparte. V. Exa. está no seu direito de obter as respostas e também de fazer um pro-

nunciamento como este e demonstrar a sua preocupação. É um Deputado combativo e faz muito bem em defender a sua região e o Paraná. Mas, primeiro não entramos em nenhuma discussão histórica aqui na Assembléia. Já sabemos de quem é a responsabilidade e imagino que V. Exa. também sabe. O tribunal de Contas da União já se manifestou dizendo que é da responsabilidade, esse trecho que V. Exa. está se referindo, que liga a Ponte de Guaíra, do Governo Federal. E é claro, juridicamente não tem como o Governo do Estado investir nessa região.

Então, esperamos que o Governo Federal se manifeste e atenda uma reivindicação justa que V. Exa. está fazendo. Pode contar conosco. Acho que o Deputado Stica também está lutando por isso. Precisamos resolver o problema. Agora, claro que tem que entrar pela via legal.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Não entendi direito, parece que o Deputado Dobrandino falou em Ponte de Guaíra. Estou falando da rodovia que liga Lapa-São Mateus do Sul.

**O Sr. Dobrandino da Silva (PMDB)**

Eu me referia a essa que V. Exa. está defendendo, já foi justificada pelo Tribunal de Contas da União de que é de responsabilidade do Governo Federal e aquela que liga a cidade de Guaíra, que também é federal. Nas duas tem que ser feito o trabalho pelo Governo Federal.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Quero dizer a V. Exa. que, discordo em partes do seu pronunciamento, porque se eu fosse Governador do Paraná, o que me importaria seria o trânsito nas rodovias do Estado onde percorre a economia. Com um pouquinho de esforço, o Governo do Paraná, já que ele está achando que o Governo Federal e talvez o Deputado Stica traga uma novidade, se o Governo Federal não vai resolver o problema, é de responsabilidade do Governador. Nós não podemos querer atribuir culpas a a ou a b. A questão está dentro do Paraná. É uma das principais rodovias de ligação com São Paulo, com os portos e o Governador Requião poderia, sim, até dar uma mãozinha ao seu amigo Lula, colaborar com o seu amigo e dizer que iria dar uma consertada neste trecho de rodovia, depois...

**O Sr. Natálio Stica (PT)**

V. Exa. permite um aparte?

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Se V. Exa. tiver um pouquinho de paciência, já lhe darei.

O Governador Requião, se ele, na sua irmandade com o Presidente Lula e o Presidente Lula com essas dificuldades que tem de arrumar as rodovias federais, certamente o Governador poderia tomar uma atitude e socorrer a nossa região, porque nós vamos ficar isolados do país e vamos penalizar a produção, porque os cami-

nhões terão que percorrer duzentos, 250 quilômetros para encontrar outra rodovia e seguir para o Porto, para São Paulo ou melhor dizendo, para escoar a sua produção.

Concedo aparte ao Deputado Stica.

**O Sr. Natálio Stica (PT)**

Obrigado, Deputado Rossoni. V. Exa. tem toda razão, até porque, além de ser do Paraná, de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ela é considerada a rodovia do Mercosul.

V. Exa. está preocupado porque tem um trabalho na região. Eu já estive em Brasília e o Deputado Elton também esteve lá duas semanas, e protocolei na Mesa, e até aproveitaria para consultar o Presidente, para que aqui criasse uma Comissão Especial desta Casa, para irmos a Brasília, em nome da Assembléia Legislativa e do povo do Paraná, para discutir essa questão. Essa e as pendências dessas rodovias federais. Eu até disse lá em Brasília, que é “o filho mal amado, ninguém quer ser o pai”. Então, que essa Comissão seja criada, já que foi protocolado há duas semanas e até agora não tivemos retorno, para que o Deputado Valdir, o Deputado Elton, eu e outros que estão lutando, possamos sair daqui, com uma ordem desta Casa, defendendo o Estado do Paraná e possamos ir a Brasília, para que as suas reivindicações não fiquem na tribuna, como fizemos. Vamos unir forças, seja Oposição ou Situação, porque não dá mais para continuar. Vai ser fechada. Não tenho dúvida disso e V. Exa. tem toda razão.

Obrigado pelo aparte.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Concedo aparte ao Deputado Elton.

**O Sr. Elton Carlos Welter (PT)**

Quero me solidarizar com o seu pronunciamento, quero colaborar com o seu pronunciamento e aqui quero fazer uma crítica ao Governador Requião, que não tem sido solidário nessa questão. Eu estive representando esta Casa, por determinação deste Plenário, na Comissão de Mérito da Câmara Federal e lá há consenso entre todos os dirigentes, Secretários de Transporte, que a responsabilidade é solidária. Por quê? Porque no ano de 2002, repassei apenas 130 mil por km. Isso é insuficiente para restaurar. Então, há o reconhecimento de que essas rodovias têm que ter mais dinheiro da União, mas só que o domínio já é do Estado. Então, esse aval do Tribunal de Contas é para investimento de emergência. Se os governadores quiserem devolver as rodovias, têm que devolver o dinheiro também que foi repassado, que era pouco, mas têm que devolver o dinheiro. Então, tem que achar uma solução política. Não é dando a culpa para o Lula, que vai resolver essa questão das rodovias, dos quatrocentos e poucos quilômetros do Estado do Paraná. Então, em Guaíra, vão fechar a Ponte Ayrton Senna, na quinta-feira, novamente. Está intransitável. Acredito que vão ter uma solução, um apontamento para breve, por causa dessa

decisão do Tribunal de Contas, mas o Governador deveria ser solidário nessa questão, porque também tem responsabilidade.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu só espero, que não façam que nem o caso da febre aftosa, não coloquem a culpa na vaca. Porque na verdade a questão da rodovia é uma questão de responsabilidade, de solidariedade e, principalmente, agradeço pelos apartes, de respeito à população que usa essa rodovia. A economia da região já está sofrendo pelas péssimas condições das rodovias e, vai sofrer muito mais, porque interditada a rodovia entre União da Vitória e São Mateus, ela terá que percorrer vários quilômetros até Irati, depois pegar a outra rodovia para chegar ao Porto de Paranaguá. E um caminhão carregado, certamente aumentar em cem quilômetros, ou cinquenta, ou sessenta, há custos para o empresário, para o caminhoneiro, para todo mundo. Eu estou fazendo esse alerta, porque daqui a pouco a rodovia vai ficar interditada e, aí vão chegar aqui e jogar a culpa em alguém.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa. o horário da Liderança da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

O senhor tem dez minutos ainda.

### ***Passa a usar o horário da Liderança da Oposição***

O SR. VALDIR ROSSONI

Eu estava aguardando a chegada do Deputado Traiano. Eu ia deixar o Deputado Traiano falar. Eu encerro o meu pronunciamento, Sr. Presidente. Mas, gostaria de encerrar aqui porque o meu segundo pronunciamento seria em cima da questão da febre aftosa.

Olha, desculpe-me o Secretário Pessuti, com toda a sua boa vontade, mas ontem, ele não explicou nada para nós. Ele quis dar uma aula. Seria muito melhor ele ter ido à Universidade Federal, na área de veterinária e ter dado uma aula aos alunos, lá.

O que nós gostaríamos de ter ouvido, seria sobre as providências, porque cada caso é um caso. Vamos falar sobre a aftosa.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, só um esclarecimento, nós temos uma audiência pública na segunda-feira, aqui na Casa, e, também há uma audiência pública de Orçamento, em Paranaguá, e nós temos uma informação contraditória, que a Assembléia fecharia na segunda-feira e na terça-feira. O primeiro já deu informação nesses dois dias.

Eu só gostaria de uma informação oficial se de fato vai funcionar na segunda e na terça-feira, até porque se não for, nós precisamos ainda hoje, tomar as providências no sentido de cancelar essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Deputado Tadeu Veneri, a Casa irá funcionar normalmente, na segunda e na terça-feira.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Obrigado, Deputado Valdir Rossoni, desculpe lhe interromper.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

O que é isso, ainda mais numa questão de ordem importantíssima como essa, quero cumprimentar a Mesa Executiva, pela decisão de fazer funcionar a Casa, mesmo que funcione as Comissões, mas num momento como esse em que nós estamos, a questão da aftosa é muito preocupante. Nós temos que estar aqui de plantão, para verificar esses acontecimentos.

Não quis ontem, ser indelicado, até vi a preocupação do Presidente, quando questionei o Vice-Governador. Até tenho um bom relacionamento, sempre tive, quando fui Líder do Governo e ele Líder da Oposição. O Pessuti é uma pessoa que não atrai raiva, ele é uma pessoa de índole, que atrai bom fluido, ele é uma pessoa tranquila, calma e educado.

Mas, com tudo isso que elogiei o Vice-Governador, tenho que criticar o Secretário da Agricultura. Porque o Secretário da Agricultura cometeu um erro terrível nessa questão da aftosa.

Primeiro, o assisti pela televisão, Deputado Miltinho, quem alarmou o Estado do Paraná com o problema da aftosa não fui eu e não foi ninguém; foi o Secretário da Agricultura. Ele deu uma entrevista para os meios televisivos dizendo que tinha quatro focos de aftosa no Paraná. Aí ontem, ele vem a esta tribuna, e nos diz que há indícios de casos de aftosa.

O Sr. Miltinho Pupio (PP)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Veja bem, Deputado Rossoni, temos acompanhado a questão da aftosa, que é realmente uma situação muito complicada no Estado do Paraná. Infelizmente o Secretário cometeu realmente essa injustiça, e ontem conversando com ele, ele achou também. Mas, houve uma reclamação dos pecuaristas da região de Paranavaí, que me telefonaram que ele esteve no domingo à tarde dizendo pela televisão, pelos jornais, porque estava todo mundo querendo notícia, que realmente estava tendo aftosa no Paraná. Mas, que não é verdade, não estou desmentindo o Secretário, mas não é verdade, no Paraná não tem aftosa, o Paraná é livre de aftosa. Inclusive fomos buscar esse certificado há quatro, cinco anos atrás, que o Paraná está livre de aftosa.

Então, não temos gado afetado no Paraná, temos a suspeita de gado que veio do Mato Grosso do Sul, mas é apenas uma suspeita. E o gado, para esclarecer um pouco mais, deste ramo entendo um pouco, normalmente o gado que já está vacinado, imunizado por várias vacinações,

difícilmente pega a febre aftosa. Temos que controlar essa aftosa, sim, mas não precisamos divulgar tanto como está sendo divulgado que há aftosa, que não há aftosa. E aí vem a especulação, inclusive até de intermediário, de laboratórios, para querer ganhar em cima do que está acontecendo no Estado do Paraná. E que na verdade temos a certeza que no Paraná não tem aftosa. E aftosa não é um bicho de sete cabeças como estou vendo pregar, não sei porque matar um rebanho de quinhentas, seiscentas cabeças, se a aftosa não transmite para o ser humano, não dá febre, pode tomar o leite, pode comer a carne. Eu curei muita aftosa quando morava no sítio; vim para a cidade quanto tinha vinte anos de idade, sou tirador de leite, entendo, curei muita aftosa nos anos de 70, 73, 74, 75.

Dá aquela febre, como dá às vezes em gente, uma afta na boca, começa a babar. Aftosa é mais ou menos isso, assim uma afta que dá, lógico, mais forte, e dependendo do grau de febre estoura nos cascos. Mas é curativa, dificilmente perde um animal com a febre aftosa. Você pode curar, faz um pé de luva como diz o sertanejo, passa o animal por dentro, com bezocriol, com negovon, com biocide, passa na boca, desinfeta o animal e cura a aftosa. Dificilmente você perde o animal. E aí eu vejo todo esse barulho, deu aftosa, tem o foco, e aí vira aquele movimento. Se vocês forem a Amaporã, parece que tem um exército lá, uma casinha montada num canto, montada no outro. Agora mesmo eu liguei para o meu irmão, que mora em Amaporã, que também disseram que na fazenda Santa Nice teria suspeita, e não tem nada na Santa Nice, o gado está liberado, está tranquilo e sem nenhum problema.

Quer dizer, então precisamos segurar um pouco algumas informações, e o povo não precisa ter medo, não, aquele que não conhece muito de aftosa, é questão de ferver o leite, mas o leite normalmente é fervido, e a carne sendo frita, sendo cozida, também não tem nenhum problema você comer a carne do boi, mesmo se estiver com a febre aftosa.

Então, realmente foi infeliz o nosso Secretário, na colocação, mas acredito que não seja por maldade. E às vezes ouço também, culpando o Governador, ou culpando o Governo Federal, mas eles não têm culpa; a culpa é do Paraguai. O Governo Federal precisa tomar iniciativa de fazer um entendimento com o Governo do Paraguai, aí vamos resolver o problema do Brasil, do contrário não vai resolver porque o vírus não vem pelo animal, ele vem pelo ar, é um vírus. Então, todas as propriedades que tem, e vocês conhecem, que é divisa seca desde Guaíra até o Pantanal, vocês sabem, que ali passa o vírus, então vamos ter sempre o problema. Se não resolvermos o problema do Paraguai não resolve o do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Quero cumprimentar o Deputado Miltinho, porque ele, em simples palavras, conseguiu dizer muito mais que o Vice-Governador Orlando Pessuti, em uma hora.

O Vice-Governador, Orlando Pessuti, ficou aqui nos contando que telefonou para o secretário de não-sei-de-quem. Não quero saber se falou com secretário. Quero saber quais são as providências! Quais são os perigos que podem trazer para a nossa população! E por falar demais e falou demais na CBN, criando um alerta que chegou a São Paulo. Quem estava fazendo barreira entre o Estado do Paraná e São Paulo não era o Estado de São Paulo, era o Estado do Paraná. Aí, criou-se um alerta e o Governo de São Paulo toma uma medida e proíbe a entrada da carne do Paraná.

Pagamos o preço por falar demais. Não que tenha que esconder, mas não pode ser avolumado um problema que ainda não existe.

Quando surgiu a febre aftosa aqui, o próprio PMDB e nós da Oposição fomos em cima do Lula e do Palocci. E a febre aftosa estava no Paraná. E parece que não é culpa de secretário nenhum. Os animais da febre aftosa passaram por dentro da feira de Londrina.

Esta é a resposta que deve ser dada aos paranaenses. Se houver no Paraná febre aftosa, discordo de culpar o Paraguai, porque lá não temos o poder de interferência. O que temos é o poder, sim, de fiscalização.

Temos uma divisa seca onde o exército deveria estar lá neste momento. E quando surgiu no Mato Grosso do Sul, teríamos que ter tomado todas as providências.

De medo do Governador vieram aqui tentar cobrir o sol com a peneira. Não há como explicar se a aftosa vier ao Paraná.

Daqui a pouco não iremos encontrar culpados. Primeiro o culpado foi o Lula. Daí o Lula culpou os agropecuaristas. Agora, iremos culpar a vaca e o boi.

Muito obrigado!

## ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 50 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, expediente subscrito pela Comissão de Reforma à Constituição (Proposição nº 040/2005 - Nepotismo), constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão representar os seus Partidos: José Maria Ferreira - PMDB; Renato Gaúcho - PSDB; Tadeu Veneri - PT; Durval Amaral - PFL; Luiz Fernandes da Silva Litro - PSDB. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo Conselho da Mulher - Cidadão Zilda Arns, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão representar os seus Partidos junto a este Conselho: PMDB - Elza Correia; PT - Luciana Rafagnin; PPS - Arlete Caramês; PSDB - Luiz Nishimori; PFL - Elio Rusch; PDT - Neivo Beraldin;

Bloco PTB/PL/PMR - Chico Noroeste e Bloco PP/PSB - Cida Borghetti. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 065/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente, sugerindo aos estudantes da rede pública e particular de ensino médio e superior, o desconto de 50% nas passagens de transporte coletivo intermunicipal, do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 066/2005, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, reivindicando a execução, pela Secretaria de Estado da Educação, de um programa de trabalho multidisciplinar com vistas a aumentar a auto-estima dos alunos da rede pública de ensino do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***1ª Discussão (Votação em)***

#### **ITEM 01**

##### **VOTAÇÃO EM**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 562/2005, de autoria da Bancada do PMDB, que dispensa ou parcela os créditos de titularidades do FDE, ajuizados ou não, geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado.**

## **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 562/2005**

### **P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente projeto de lei, de autoria da Bancada do PMDB, que tem por objetivo dispensar ou parcelar os créditos de titularidade do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, ajuizados ou não, geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

#### **Fundamentação**

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao presente projeto.

#### **Conclusão**

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, e tendo em vista o atendimento com relação ao disposto no artigo 14, da Lei Complementar nº 101/2002, (em anexo) Relatório de Impacto Financeiro. Cumpridas as exigências, não encontramos nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 19.10.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

## **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 562/2005 INICIATIVA: BANCADA DO PMDB**

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º, do artigo 33 do Novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

“À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislação, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de novembro de 1986”.

Em síntese, a proposição sob análise, objetiva a dispensa ou parcelamento dos créditos sob titularidade do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico, ajuizados ou não, e geridos pela Agência de Fomento do Paraná S/A.

Assessoria técnica da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, fez detalhada e precisa análise técnica da proposição apontando vício de iniciativa e ausência dos demonstrativos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar 101/2000.

Em que pese o apurado trabalho da assessoria técnica entendeu o relator da matéria e demais integrantes

da CCJ em sustentar a constitucionalidade e decidir pela tramitação regimental da proposição.

Os vícios apontados na análise prévia são elementos suficientes para ensejar o veto da proposição. Os vícios poderiam se sanados se a proposição fosse encaminhada pelo Chefe do Executivo o que nos parece perfeitamente possível vez que os autores integram o mesmo Partido do Chefe do Executivo.

O projeto de lei dispensa do pagamento aquelas dívidas de até R\$ 10.000,00 e autoriza o parcelamento para aqueles cuja dívida seja igual ou inferior a R\$ 250.000,00.

Se por um lado os mutuários de até R\$ 10.000,00 serão dispensados do pagamento, por outro, os demais terão vantagens com descontos no parcelamento.

A aparente justiça da proposta não dispensa o cumprimento do devido processo Legislativo, pois o não preenchimento dos requisitos legislativos pode ensejar a inconstitucionalidade formal da proposição.

É inegável que se trata de uma renúncia fiscal e tem repercussão na prestação de outros serviços públicos à sociedade paranaense.

À Comissão de Finanças, em cumprimento ao disposto no artigo 14, da Lei Complementar 101/2002 é indispensável que sejam apresentados os seguintes demonstrativos:

- demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro no exercício que se iniciar a vigência e nos dois seguintes;

- demonstrativo que a medida não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO;

- demonstrativo de todas as medidas de compensação, conforme previsto no inciso II, do artigo 14 da LC 101/2000;

- informar em que momento serão implementadas as medidas de compensação;

- relação de todos os mutuários e o volume de recursos devido por um a um deles.

O parecer é pelo encaminhamento da proposição aos autores para que cumpram o disposto no artigo 14 da LRF e após esta formalidade que o projeto volte ao relator para parecer definitivamente. Nesta ocasião poderão ainda sanar o vício de iniciativa identificado pela assessoria técnica da CCJ.

Indispensável o cumprimento desta formalidade para que a proposição siga seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 19.10.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

## ITEM 02

### VOTAÇÃO EM

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 563/2005, de autoria da Bancada do PMDB, que dispensa ou parcela os créditos, ajuizados ou não, geridos ou não, de titularidade do Estado do Paraná, por ocasião da privatização do Banestado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado.**

## COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 563/2005

P A R E C E R :

### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria da Bancada do PMDB, que tem por objetivo dispensar ou parcelar os créditos ajuizados ou não, sob titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião da privatização do Banco do Estado do Paraná S.A.

### Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao presente projeto.

### Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, e tendo em vista o atendimento com relação ao disposto no artigo 14, da Lei Complementar nº 101/2002, (em anexo) Relatório de Impacto Financeiro. Cumpridas as exigências, não encontramos nenhum impedimento quanto à sua normal tramitação.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 19.10.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

## COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 562/2005 INICIATIVA: BANCADA DO PMDB

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º, do artigo 33 do Novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

“À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislação, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de novembro de 1986”.

Em síntese, a proposição sob análise, objetiva a dispensa ou parcelamento dos créditos sob titularidade do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico, ajuizados ou não, e geridos pela Agência de Fomento do Paraná - S/A.

Assessoria técnica da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, fez detalhada e precisa análise técnica da proposição apontando vício de iniciativa e ausência dos demonstrativos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar 101/2000.

Em que pese o apurado trabalho da assessoria técnica entendeu o relator da matéria e demais integrantes



da CCJ em sustentar a constitucionalidade e decidir pela tramitação regimental da proposição.

Os vícios apontados na análise prévia são elementos suficientes para ensejar o veto da proposição. Os vícios poderiam se sanados se a proposição fosse encaminhada pelo Chefe do Executivo o que nos parece perfeitamente possível vez que os autores integram o mesmo Partido do Chefe do Executivo.

O projeto de lei dispensa do pagamento aquelas dívidas de até R\$ 10.000,00 e autoriza o parcelamento para aqueles cuja dívida seja igual ou inferior a R\$ 250.000,00.

Se por um lado os mutuários de até R\$ 10.000,00 serão dispensados do pagamento, por outro, os demais terão vantagens com descontos no parcelamento.

A aparente justiça da proposta não dispensa o cumprimento do devido processo Legislativo, pois o não preenchimento dos requisitos legislativos pode ensejar a inconstitucionalidade formal da proposição.

É inegável que se trata de uma renúncia fiscal e tem repercussão na prestação de outros serviços públicos à sociedade paranaense.

À Comissão de Finanças, em cumprimento ao disposto no artigo 14, da Lei Complementar 101/2002 é indispensável que sejam apresentados os seguintes demonstrativos:

- demonstrativo de impacto orçamentário e financeiro no exercício que se iniciar a vigência e nos dois seguintes;

- demonstrativo que a medida não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO;

- demonstrativo de todas as medidas de compensação, conforme previsto no inciso II, do artigo 14 da LC 101/2000;

- informar em que momento serão implementadas as medidas de compensação;

- relação de todos os mutuários e o volume de recursos devido por um a um deles.

O parecer é pelo encaminhamento da proposição aos autores para que cumpram o disposto no artigo 14 da LRF e após esta formalidade que o projeto volte ao relator para parecer definitivamente. Nesta ocasião poderão ainda sanar o vício de iniciativa identificado pela assessoria técnica da CCJ.

Indispensável o cumprimento desta formalidade para que a proposição siga seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 19.10.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

### ***Redação Final***

**REDAÇÃO FINAL** - da Proposição nº 067/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2005, que altera dispositivos dos artigos 68, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107 e 108 e revoga os artigos 103, 104 e o parágrafo 1º do artigo 107 da Constituição Estadual, bem como os artigos 29 e 44 do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias (Tribunal da Justiça). **Aprovado por unanimidade.**

### **REDAÇÃO FINAL DA PROPOSIÇÃO Nº 067/2005 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º Os artigos 68, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 106, 107 e 108 da Constituição Estadual passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 68 ...

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Justiça e do Ministério Público.”

“Art. 93 ...

II – revogado;”

“Art. 94 ...

Parágrafo único. No Tribunal de Justiça haverá um órgão especial, integrado por vinte e cinco desembargadores, para o exercício de atribuições administrativas e jurisdicionais, delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se a metade das vagas por antiguidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno.”

“Art. 95. Um quinto dos lugares do Tribunal de Justiça será composto de membros do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional.

§ 1º Os integrantes do quinto constitucional serão indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classe.”

“Art. 96 ...

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em Direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II - ...

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presença no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento oficiais ou reconhecidos;

d) a lista de promoção por merecimento será formada pelos três juízes mais votados pelo órgão competente, cabendo ao Presidente do Tribunal de Justiça o respectivo provimento.

...

f) na apuração de antigüidade, o Tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

...

h) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

V - o acesso ao Tribunal de Justiça far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última entrância;

VI - previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados;

...

IX - o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do Tribunal;

X - o ato de remoção disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do Tribunal de Justiça ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;

X-A - a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas **a, b, c, e e h** do inciso II;

XI - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos em que a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse à informação;

XII - as decisões administrativas do Tribunal de Justiça serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XIII - a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas as férias coletivas nos juízos e no Tribunal de Justiça, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente;

XIV - o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população;

XV - os servidores receberão delegação para prática de atos de administração e de atos de mero expediente sem caráter decisório;

XVI - a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição;

XVII - as custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça;

XVIII - o Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizada mente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à Justiça em todas as fases do processo;

XIX - o Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários."

"Art. 97 ...

Parágrafo único ...

IV - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

V - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração."

"Art. 98 ...

a) Se o Tribunal não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1 deste artigo.

b) Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do parágrafo 1º o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

c) Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais."

"Art. 99. Compete privativamente ao Tribunal de Justiça:

II - elaborar seu regimento interno, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos órgãos jurisdicionais e administrativos;

III - organizar sua Secretaria e serviços auxiliares;

V - conceder férias, que não poderão ser coletivas, licenças e outros afastamentos a seus membros e servidores."

"Art. 100. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de desembargadores, em número fixado em lei, nomeados entre os juízes de última entrância, observando o disposto nos artigos 95 e 96, V, desta Constituição."

"Art. 101. ...

I - ...

a) a alteração do número de seus membros;

II - prover, na forma prevista na Constituição Federal e nesta, os cargos de magistratura estadual, de primeiro e segundo graus, incluídos os de desembargador, ressalvada a competência pertinente aos cargos do quinto constitucional;

VII - ...

a) nos crimes comuns e de responsabilidade, os deputados estaduais, os juízes de direito e juízes substitutos, os secretários de Estado, os membros do Ministério Público e os prefeitos municipais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, e, nos crimes comuns, o vice-governador do Estado;

VIII - julgar em grau de recurso os feitos de competência da justiça estadual, salvo os atribuídos, por lei, aos órgãos recursais dos juizados especiais;

IX - exercer as demais funções que lhe forem atribuídas por lei."

Art. 102. Revogado.

Art. 103. Revogado.

Art. 104. Revogado.

"Art. 106. Além de outros enumerados em lei, constitui requisito e inscrição no concurso de ingresso na carreira ser bacharel em Direito."

"Art. 107. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.

§ 1º Revogado."

"Art. 108. ...

§ 2º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares do Estado nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri, quando a vítima for civil, cabendo ao Tribunal de Justiça decidir sobre a perda do posto ou da patente dos oficiais e da graduação dos praças.

§ 3º Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares, cabendo ao conselho de justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares."

Art. 2º Revogam-se o inciso II do artigo 93, os artigos 102, 103, 104 e o parágrafo 1º do artigo 107, da Constituição Estadual e os artigos 29 e 44 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 3º Ficam excluídas a seção III e a expressão "Do Tribunal de Alçada", do Capítulo III, do Título III da Constituição Estadual.

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17.10.2005

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

### 3ª Discussão

#### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/2004, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública o Grupo de Apoio a Pessoas com Câncer - GAPC, com sede e foro no Município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

#### ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 156/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a presença de acompanhantes a enfermos na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) dos hospitais, casas de saúde e maternidades no Estado do Paraná, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

#### ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/2005, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que institui o Prêmio Ney Braga de Participação Comunitária, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

#### ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 572/2005, de autoria do Deputado Nereu Moura, que assegura o pagamento de metade do valor efetivamente cobrado para ingresso em casas de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares, aos professores da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

## ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 609/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que declara de Utilidade Pública a Amond - Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Jardim Menino Deus de Quatro Barras, com sede e foro no município de Quatro Barras. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

## 2ª Discussão

## ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 438/2005, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que corrige a denominação do município beneficiado pelo plano de aplicação da Lei nº 14.600 de 27/12/2004, de Iguatu para Santa Mariana. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 606/2005, de autoria da Deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Nove Bairros, com sede e foro no município de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

## ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/2005, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que fixa prazo de vida útil de veículo para o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 068/2005, de 28/06/2005, em Projetos de Lei, pág. 11).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 423/2005

P A R E C E R :

### Relatório

O projeto de lei acima epigrafado, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que fixa prazo de vida útil de veículo para o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento... (*sic*).

Na justificação, o autor ressalta que a apreciação se faz necessária uma vez que tem por finalidade o aproveitamento de veículos para transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento de até 20 (vinte) anos de uso, devendo esses veículos transitarem em perfeitas condições de uso e com segurança, desde que passem por uma rigorosa vistoria por parte do Órgão competente, com adequada manutenção, conservação das características e especificações técnicas fixadas pelo DER.

Diz ainda, que nada obsta que esses veículos transitem com boa manutenção técnica, e diante do expressivo número de unidades, geram enormes prejuízos às empresas..."

É o relatório.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do nobre Deputado Dobrandino da Silva - autor do projeto, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Já quanto a técnica legislativa, há de se modificar o artigo 3º do projeto de lei em apreço. Até a edição da Lei Complementar nº 95, de 1998, (artigo 9º) a cláusula de revogação podia ser específica ou geral. Desde então, no entanto, admite-se somente a cláusula de revogação específica. Assim atualmente é incorreto o uso de cláusula revogatória como a constante no artigo 3º do projeto de lei em análise.

### Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei, na forma do Substitutivo Geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 423/2005

Art. 1º Fica estabelecido em até 20 (vinte) anos de uso, o prazo de vida útil de veículo para serviços especiais de fretamento contínuo, eventual ou turístico e de escolar.

Art. 2º A transportadora será responsável pela manutenção, conservação e preservação das características técnicas dos veículos, exigidos e admitidos pelo DER/PR.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se o parágrafo 1º, do artigo 80, do Decreto nº1821, de 28 de fevereiro de 2000.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO, TURISMO E DO MERCOSUL  
PROJETO DE LEI Nº 423/2005

P A R E C E R :

### Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Dobrandino da Silva, fixa prazo de vida útil de

veículo para o transporte remunerado de passageiros de natureza privada ou fretamento.

#### **Fundamentação**

A matéria já recebeu análise quanto à constitucionalidade, da douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação, na forma de substitutivo geral, adequando à técnica legislativa.

Chamada a opinar a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, apresentamos parecer favorável ao Projeto de Lei nº 423/2005, na forma do substitutivo geral.

Além disso, no aspecto constitucional, legal e regimental, nada consta que possa impedir a normal tramitação da proposta, tão somente cabe ao Plenário, o exame do mérito da questão.

#### **Conclusão**

Isto posto, a Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio, Turismo e do Mercosul, apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 423/2005, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) LUCIANA RAFAGNIN - Presidente  
ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

#### **TEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/2005, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que proíbe o Poder Executivo de realizar contratos e repasse de recursos financeiros de publicidade junto a emissoras e programas de rádio e televisão e publicações que pertençam a políticos em mandato eletivo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 089/2005, de 30/08/2005, em Projetos de Lei, pág. 05).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 527/2005**

#### **P A R E C E R :**

#### **Histórico**

O Projeto de Lei nº 527/2005, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, proíbe o Poder Executivo, as Secretarias de Estado ou qualquer órgão da administração pública direta ou indireta de realizar contratos e repasse de recursos financeiros de publicidade junto a emissoras e programas de rádio e televisão e publicações que pertençam a políticos em mandato eletivo.

#### **Fundamentação**

O projeto de lei se encontra amparado na Constituição Estadual, que em seu artigo 58 assim dispõe:

“Art. 58. Os Deputados não poderão:

II - desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 04.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Sobre a mesa, Requerimento nº 3301, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 13 e 15 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

#### **Discussão Única (Proposições/Vetos)**

#### **ITEM 13**

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 031/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 587/2003, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que altera dispositivo da Lei nº 5.944, de 27 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar), e da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar). COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG nº 022/2005

Curitiba, 23 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 341/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 587/2003, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, incisos II e III, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 587/2003, encontra-se publicado no DA nº 130/2004, de 14/12/2004, em Redação Final, pág. 10).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 031/2005**

#### **P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 587/2003, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, vetado pelo Governador do Estado, tem por objeto alterar dispositivo da Lei nº 5.944, de 27 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da

Polícia Militar), e da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar).

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo determinado pelas constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Dessa forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 20.09.2004.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

## ITEM 15

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 095/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 168/2005, de autoria da Deputada Arlete Caramês, que dispõe sobre a realização do exame Ultra-Screen nos hospitais e maternidades da rede pública do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 161/2005

Curitiba, 21 de setembro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 212/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 168/2005, tendo em vista ter sido o mesmo, pela forma como está posto, considerado contrário ao interesse público, conforme motivação aduzida pela Secretaria de Estado da Saúde.

Dispõe que o Poder Executivo fica autorizado a instituir nos hospitais e maternidades da Rede Pública de Saúde, a título gratuito, a obrigatoriedade do exame Ultra-Screen, conhecido como Teste do Dedinho, em todas as gestantes atendidas, conforme especifica.

A Secretaria de Estado da Saúde, analisando os aspectos técnicos da matéria, emitiu o adiante transcrito pronunciamento firmado pelo Titular daquela Pasta, cujos termos adoto como razões fundamentais do veto ora apostado:

“A Diretoria de Sistemas de Saúde desta Secretaria, por intermédio de seus agentes técnicos, manifestou-se no sentido de que “segundo a literatura e a opinião de especialistas, o Ultra-Screen só deveria ser utilizado em gestantes com a Translucência Nucal positiva maior ou igual a 3mm. As pacientes consideradas de risco são as com mais de 37 anos e antecedentes familiares de anomalia cromossômica, e portanto, desfavoravelmente ao seguimento do projeto em questão.

Preliminarmente, merece análise a questão da competência do Estado legislar sobre o tema. Dada a natureza da matéria em debate e diante dos efeitos sociais pretendidos, aplica-se ao caso o disposto nos artigos 23 e

24 da Carta Constitucional, que disciplina a questão atinente à competência legislativa da União, Estados e Distrito Federal e Municípios, nos seguintes termos:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;”

Nesse sentido, o Poder Legislativo do Estado é competente para legislar sobre referida matéria, observando-se o disposto nas legislações federal e constitucional, sendo a atividade legislativa estadual resguardada pela Constituição Maior. Isso posto, cabe salientar que o tema em comento já foi objeto de propostas legislativas em âmbito federal, citando-se, mais recentemente, o Projeto de Lei nº 5.074/2005, de autoria do Deputado Federal Carlos Nader, no entanto, tal projeto ainda não foi plenamente analisado pelas comissões especiais.

Ainda que louvável a iniciativa contida no projeto de lei em voga, deve-se salientar que a pretensão nele contida, encontra dois óbices consideráveis. O primeiro é a questão técnica, já manifestada e o segundo é o aspecto financeiro. Considerando que a realização de exames em grande escala pelo sistema público de saúde representa grande afetação financeira e orçamentária, deve-se eleger aqueles exames realmente necessários.

Desta feita, uma vez que a literatura médico-científica posicionou-se no sentido de que o exame Ultra-Screen será realizado somente nos casos em que for detectado a TN (Translucência Nucal) positiva maior ou igual a 3mm na gestante, deve-se considerar tal aspecto igualmente relevante quando da apreciação do projeto.

Assim sendo, somos pelo não seguimento do projeto de lei em tela, por entendermos coerente exigir a realização do exame Ultra-Screen somente nos casos em que, após a realização do exame TN por imagem ultrasonográfica hipocogênica, constata-se TN positiva maior ou igual a 3mm.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 168/2005, encontra-se publicado no DA nº 083/2005, de 17.08.2005, em Redação Final, pag. 17)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 095/2005

P A R E C E R :

## Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 168/2005, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo a realização do exame

Ultra-Screen nos hospitais e maternidades da rede pública do Estado do Paraná.

#### **Fundamentação**

Reza a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, sancioná-lo-á.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.(...) (grifos nossos)*

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário para que proceda à chamada nominal para as votações dos itens 13 e 15 da Ordem do Dia.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados.

Quarenta e três Srs. Deputados responderam a chamada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Solicito aos Deputados Elton Welter, Antonio Anibelli, Miltinho Pupio e Ailton Araújo, para que procedam ao escrutínio dos votos.

A SRA. CIDA BORGHETTI

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Para registrar e agradecer a presença do nosso colega, companheiro e Prefeito de Iguaçu, Celso, e também da sua equipe, que vem fazendo um trabalho extraordinário a favor do seu Município, aplicando corretamente políticas públicas a favor da educação e, principalmente, da saúde.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Casa registra e dá as boas-vindas.

Trinta, SIM.

Treze, NÃO.

**Estão aprovados os vetos e rejeitados os projetos.**

#### **ITEM 14**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 083/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 150/2005, de autoria do

Deputado Cesar Seleme, que concede dispensa de parte da jornada à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou responsável por pessoa portadora de deficiência. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 146/2005

Curitiba, 23 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 195/2005, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 150/2005, por julgá-lo inconstitucional porque, sendo matéria pertinente ao regime jurídico do funcionalismo, cuja propositura não partiu do Poder Executivo, afronta o artigo 66, inciso II, da Carta Estadual e, também, porque o almejado benefício já vem sendo concedido, nas dimensões possíveis, pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, que tem competência legal para tal e não pela ParanaPrevidência, como consta equivocadamente do texto ora vetado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 150/2005, encontra-se publicado no DA nº 072/2005, de 29.06.2005, em Redação Final, pag. 05)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 083/2005

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O Projeto de Lei nº 150/2005, de autoria do Deputado Cesar Seleme, vetado pelo Governador do Estado, objetiva conceder dispensa de parte da jornada à servidora pública que seja mãe, esposa ou companheira, tutora, curadora ou responsável por pessoa portadora de deficiência.

Ao analisar o veto, verificamos que o mesmo foi apostado dentro do prazo determinado pelas constituições Federal e Estadual, bem como pelo Regimento Interno desta Casa, sendo, portanto, constitucional e regimental.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário, para que seja submetida à deliberação da Assembléia.

Sala das Comissões, em 18.10.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Sobre a referida proposição, requerimento nº 3312, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões da Proposição nº 083/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 150/2005.

#### ITEM 16

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 058/2005, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que sugere que seja substituída, a denominação do termo aluno por educando, em todos os registros e documentos do setor de educação estadual e dos municípios do Estado do Paraná. **Aprovada. (Publ. no DA nº 112/2005, de 17.10.2005, em Indicações).**

#### *Discussão Única (Indicações)*

#### ITEM 17

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 060/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que propõe ao Governo do Paraná a aquisição de estoque do medicamento contra a gripe aviária, garantindo um estoque para 25% da população paranaense. **Aprovada. (Publ. no DA nº 113/2005, de 18.10.2005, em Indicações).**

#### *Requerimentos*

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, requerimentos nºs 3295, e 3313, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3299, e 3300, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3304, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, com apoio dos Deputados Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin, Elton Carlos Welter e Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3305, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3308 a 3310, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3318 a 3319, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3321, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3316 e 3317, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constantes do expediente. **Em discussão.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Adia-se as discussões para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

#### *Encerramento da Sessão:*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 301, 572 e 588/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 423, 527, 562 e 563/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 572/2003, 398 e 411/2005 e do Projeto de Lei Complementar nº 442/2005 e dos Projetos de Lei nºs 608 e 419/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 009, 075 e 087/2005.

Levanta-se a Sessão.

